

NATIONALGEOGRAPHIC.PT | JANEIRO 2021

NATIONAL GEOGRAPHIC

«O grande rio flui desde
as montanhas até ao mar.
Eu sou o rio, o rio sou eu.»

-PROVÉRBIO MAORI
DAS TRIBOS DE WHANGANUI
NA NOVA ZELÂNDIA

Nova Zelândia

UM MODELO DE PROTECÇÃO
DA NATUREZA

ABUTRES-PRETO
DE REGRESSO
A PORTUGAL

TRÁFICO
DE MENORES:
VIDAS ROUBADAS

OS MATAGI,
CAÇADORES
DO JAPÃO

N.º 238 MENSAL €4,95 (CONT.)



5 603965 000006



ROLEX

O GMT-MASTER II

Criado em 1955 para os pilotos dos voos transatlânticos, o GMT-Master II continua a evoluir a pensar no viajante dos dias de hoje. Inclui uma luneta Cerachrom patenteada e distingue-se pelo constante aperfeiçoamento dos padrões de precisão.

#Perpetual



OYSTER PERPETUAL GMT-MASTER II

TORRES
desde 1910

TORRES.PT
BOUTIQUE ROLEX AV. LIBERDADE 159, LISBOA
CENTRO COLOMBO AV. LUSÍADA, LJ, 130-133, LISBOA
EL CORTE INGLÉS AV. ANTÓNIO AUGUSTO AGUIAR, 31 - PISO 0, LISBOA
CASCAISHOPPING EST. NAC. 9, LJ 0.8/9, ALCABIDECHE
CASCAIS ALAMEDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, 147

TEL. 211 160 960 - ROLEX@TORRES.PT
TEL. 217 167 000 - COLOMBO@TORRES.PT
TEL. 211 163 320 - ELCORTEINGLES@TORRES.PT
TEL. 214 603 008 - CASCAISHOPPING@TORRES.PT
TEL. 210 131 717 - CASCAIS@TORRES.PT



A REGIÃO DE COIMBRA

#querconhecerte

visitregiaodecoimbra.pt



Cofinanciado por:



SUMÁRIO



2

Nova Zelândia, um modelo de protecção da natureza

Em 2017, a Nova Zelândia atribuiu ao rio Whanganui, com o qual os maori mantêm uma ligação ancestral, os mesmos direitos legais de um indivíduo. Foi um exemplo do compromisso ambiental firme de um país com inúmeros espaços classificados.

TEXTO DE KENNEDY WARNE
FOTOGRAFIAS DE MATHIAS SVOLD

30

Animais terrestres em movimento

Os animais terrestres desenvolveram várias soluções para se deslocarem. Desvendamos os segredos da locomoção animal com exemplos ilustrados.

TEXTO DE JASON TREAT,
BRAD SCRIBER E PATRICIA HEALY
ILUSTRAÇÕES DE
BRYAN CHRISTIE DESIGN

Na capa

Perspectiva do Parque Nacional de Fiordland, na Ilha Sul da Nova Zelândia.

SHAHAIRA/GETTY IMAGES



40

Raparigas de Bengala, vidas roubadas

Milhares de meninas do Bangladesh e do estado indiano de Bengala Ocidental são vendidas todos os anos para se converterem em escravas sexuais. Duas delas contam como foram enganadas e obrigadas a prostituir-se.

TEXTO DE YUDHIJIT BHATTACHARJEE
FOTOGRAFIAS DE SMITA SHARMA



66

Os matagi, caçadores do Japão

Uma comunidade de caçadores cujas origens remontam ao século XVI revê as suas tradições e tenta garantir a sobrevivência. A necessidade de perpetuar o seu legado levou-os pela primeira vez a admitir uma mulher nas suas fileiras.

TEXTO DE ALEX RODAL
FOTOGRAFIAS DE JAVIER CORSO
OAK STORIES



84

Mordeduras que matam

De acordo com a OMS, as mordeduras de serpentes causam anualmente a morte a 138 mil pessoas e 400 mil sobrevivem com deficiências permanentes. A África subsaariana, onde há escassez de antídotos e falta pessoal para administrá-los, é uma das regiões mais afectadas por esta crise sanitária.

TEXTO E FOTOGRAFIAS
DE THOMAS NICOLON

A SUA FOTO

VISÕES

EXPLORE

Cuidados em miniatura

Coroas de glória

A história de Katy Croff Bell

A ciência das cores fortes

GRANDE ANGULAR

Abutres-pretos

EDITORIAL

NA TELEVISÃO

PRÓXIMO NÚMERO



Envie-nos comentários para nationalgeographic@rbarevistas.pt



Siga-nos no Twitter em [@ngmportugal](https://twitter.com/ngmportugal)



Torne-se fã da nossa página de Facebook: facebook.com/ngportugal



Mais informação na nossa página de Internet: nationalgeographic.pt



Siga-nos no Instagram em [@natgeomagazine-portugal](https://instagram.com/natgeomagazine-portugal)

Assinaturas e atendimento ao cliente

Telefone 21 433 70 36

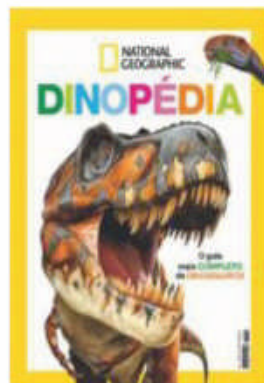
(de 2.ª a 6.ª feira)

E-mail: assinaturas@vasp.pt

JÁ CONHECE AS NOSSAS EDIÇÕES ESPECIAIS?



História



Juvenil



Viagens



Matemática



Cultura



Arqueologia



Grandes
Personagens



Grandes
Mulheres



JOSÉ ZARCOS PALMA Numa zona remota da serra da Arrábida, após as primeiras chuvas, estes cogumelos e o tapete de musgo anunciam a chegada de uma nova estação. A bioluminescência aparente foi obtida através de técnicas de *light-painting*.



MANUEL DUARTE Após ter ficado a conhecer esta pintura mural da autoria do artista Mr Dheo através da televisão, o autor fotografou o mural original nas ruínas de uma antiga fábrica de Gaia, juntando-se à homenagem aos profissionais de saúde.



SÉRGIO CONCEIÇÃO O Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, é Património Mundial. A fotografia foi captada antes do pôr do Sol e aproveita ainda os tons amarelados do astro à esquerda, contrastando com os verdes da zona sombria à direita.

QUANDO A FLORESTA GANHA VALOR SOCIAL

Numa altura em que o mundo procura novos modelos de desenvolvimento sustentável, a floresta assume um protagonismo em toda a linha. Como nenhum outro, este ecossistema harmoniza os três pilares da sustentabilidade: o ambiental, o social e o económico. É impossível não falar de floresta quando nos perguntamos que tipo de planeta queremos deixar para as próximas gerações.

É, ao mesmo tempo, o maior sumidouro terrestre de CO₂, regulador do clima, abrigo de biodiversidade. Mas também fonte de recursos renováveis, sustento de comunidades e elemento de combate a assimetrias territoriais. Se o valor ambiental da floresta é por demais conhecido, o papel socioeconómico nem sempre é reconhecido. Ou seja, floresta é uma das expressões mais plenas e completas do desenvolvimento sustentável.

A área florestal em Portugal duplicou desde o início do século XX e, hoje, ocupa mais de um terço do território nacional (36%). Dimensão que confere à floresta portuguesa um potencial extraordinário, como nunca teve, e que já se reflete em mais de 100 mil empregos diretos e em cerca de 24 mil empresas, repartidas pela indústria, silvicultura e comércio.

Da fileira florestal emerge atividade empresarial disseminada por todo o território, mas sobretudo no interior do país, resultado de uma dinâmica propícia à fixação de mão de obra qualificada e à criação de oportunidades para trabalhadores menos diferenciados, em regiões onde elas são escassas. Só na indústria, entre 2014 e 2018, foram gerados 8 313 postos de trabalho. Mas a floresta também tem motivado novas oportunidades em áreas menos tradicionais, como o ecoturismo, levando aos parques naturais visitantes dos centros urbanos e captando cada vez mais turistas atraídos pelos espaços rurais.

As florestas sustentáveis da The Navigator Company apoiam a National Geographic Portugal a diminuir a sua pegada ecológica.

Fontes: Síntese Económica Setorial do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2016) | 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6) | State of Europe Forests 2015 | ICNF - O associativismo florestal | The State of the World's Forest 2018, FAO



MELHORAR COM GESTÃO ATIVA

Apesar das vantagens da sua diversidade e extensão relativa, apenas 22% da floresta portuguesa é gerida, o que coloca Portugal na cauda da Europa nesta matéria.

A gestão é essencial para assegurar o melhor aproveitamento do potencial da floresta, seja através de programas de melhoramento genético das espécies, do apuramento das práticas de silvicultura ou da mitigação de riscos, como os incêndios. E os aumentos de produtividade na floresta têm vários reflexos positivos, nomeadamente na criação de riqueza para as comunidades rurais e na melhoria das suas condições de vida.

PROPRIEDADE PRIVADA

Apenas 2% da floresta portuguesa está na posse do Estado, o que implica grande dependência da proatividade dos privados para se alcançar uma floresta resiliente e eficiente. A elevada percentagem de propriedade privada em Portugal contrasta com a média europeia que é de 51%.

MINIFÚNDIO

A fragmentação da propriedade florestal, as deficiências do cadastro do território e as limitações do associativismo são fatores que travam a gestão profissional das áreas florestais em Portugal.



| VISÕES





Portugal

No mar de Minde, ocorre um fenómeno em invernos de forte precipitação: uma floresta submersa acolhe comunidades de anfíbios. Nas águas sombrias, um casal de salamandras-de-costelas-salientes nada entre a vegetação abraçado, momentos após a cópula.

JOÃO RODRIGUES



Espanha

A aranha gigante "Maman", obra da escultora Louise Bourgeois, tornou-se um ícone do Museu Guggenheim, em Bilbao, embora a escultura já tenha sido exibida também na Suíça. Há dez ovos de mármore dissimulados nos fios de ferro deste aracnídeo gigante.

VÍTOR RIBEIRO







Tibete

Depois da invasão militar chinesa em 1950, milhares de tibetanos arriscaram a vida passando a fronteira e salvando património. Mais de 80 mil manuscritos relacionados com a história do Tibete estão hoje em Dharamsala, a pouco metros desta mesa de jogo. Dharamsala acolhe o governo tibetano no exílio e é talvez o espelho mais fiel da cultura tibetana.

PEPE BRIX

EXPLORE



OS MISTÉRIOS E MARAVILHAS QUE NOS RODEIAM

NATIONAL GEOGRAPHIC

CUIDADOS EM MINIATURA

FOTOGRAFIA DE REBECCA HALE



PARA COMEMORAR O CENTENÁRIO da independência dos Estados Unidos, em 1976, o Japão ofereceu 53 bonsais. Muitos deles, incluindo um que foi envasado pela primeira vez em 1625, encontram-se actualmente no Museu Nacional Bonsai & Penjing de Washington. Cuidar de um bonsai requer calma, concentração, paciência e um conjunto de ferramentas em miniatura. “Se não se perceber a ciência para os manter vivos, não faz sentido perceber a arte de os tornar bonitos”, defende Michael James, curador do museu.



1. Peneiras para substrato

As partículas do solo são separadas por tamanho para controlar a relação oxigénio/água necessária para diferentes espécies.

2. Alicate de corte

Côncavo, garante que não ficam restos no tronco quando se corta um ramo.

3. Garfo-espátula

Quando se transfere um bonsai, o substrato das raízes é retirado delicadamente.

4. Escova de nylon

Usada para limpar o musgo.

5. Tesoura

Os bonsais devem ser aparados regularmente para manter a folhagem delicada.

6. Pinças

Árvores como os pinheiros são podadas arrancando as agulhas individualmente. O processo pode levar horas.

7. Calcadeira

Depois do transplante de uma árvore, a terra tem de ser calcada.

8. Escova de coco

A escova é usada para limpar após a poda.

9. Arame para estilização

Os bonsais devem ser mantidos pequenos. O arame enrolado em torno dos ramos obriga a árvore a crescer em direcções específicas.

10. Regador de cobre

Um bico longo ajuda a alcançar a base das árvores com folhagem densa.

11. Amostras de solo

Argila vulcânica, pedra-pomes e lava triturada são misturadas para criar um solo poroso que permite o rápido escoamento de água.

12. Vaso de cerâmica

Os bonsais são mantidos em pequenos recipientes para restringir o crescimento. A árvore da imagem faz parte do presente que o Japão enviou aos EUA.

COROAS DE GLÓRIA

OS TOUCADOS TRADICIONAIS
DOMINAM DE NOVO NA UCRÂNIA.

FOTOGRAFIA DE DOMINIKA DYKA

FLORES, penas, fios de cânhamo, conchas, contas e até pedaços de papel de alumínio e cera são alguns dos elementos que a artista Dominika Dyka inclui nas suas recriações modernas da clássica *vinok* ou coroa de flores.

Usadas durante séculos por meninas e jovens dos países eslavos, pensa-se que estas coroas terão uma origem pagã. São acessórios habituais em casamentos e nas festas: as mulheres colocam a sua coroa de flores no rio para tentar adivinhar o seu futuro romântico. Será o fluxo da água a selar o destino ou saltará um homem para dentro de água para tentar salvá-lo?

As coroas ganham agora uma nova visibilidade graças a artistas, músicos e coreógrafos. “Sentimo-nos um membro da realeza quando usamos uma”, reconhece a música Daga Gregorowicz.

As versões de Dyka, produzidas com colaboradores no seu *atelier* Third Rooster em Lviv, na Ucrânia, baseiam-se em imagens de arquivos de museus e fotografias familiares. O objectivo é levar o artesanato tradicional a reconhecer este símbolo colorido do orgulho nacional. “As artesãs antigas dispunham de menos materiais para escolher, mas tinham uma imaginação fantástica”, diz Dyka.

– EVE CONANT



A artista Dana Vynnytska, da banda ucraniana-polaca DAGADANA, enverga uma moderna *vinok*. A coroa está enfeitada com plantas secas, varetas de madeira e flores de papel.

INOVADORA

KATY CROFF BELL

TEXTO DE ANNIE ROTH FOTOGRAFIA DE REBECCA HALE

Esta oceanógrafa usa a tecnologia e a diversidade humana para a exploração.

O mar profundo ainda está por explorar. Após décadas de sondagens e incursões nas profundezas efectuadas de submarinos e veículos operados remotamente, os investigadores viram apenas uma fracção do que se encontra no fundo.

Nessas águas desconhecidas, Katy Croff Bell vê uma boa oportunidade de inclusão. *Fellow* da National Geographic Society e especialista em mar profundo, Katy participou em mais de quarenta expedições desde 1999. Quando começou, havia poucas mulheres a desenvolver trabalho de campo.

“Se vamos realmente explorar o oceano, não precisamos apenas de novas tecnologias; precisamos também de envolver novas comunidades”, diz. A investigadora criou um grupo diversificado de exploradores e estudantes de águas profundas e desenvolveu formas de tornar a ciência mais acessível.

Novas tecnologias robóticas e de “telepresença” permitiram que Katy e outros fizessem descobertas significativas nos últimos anos. Em 2019, alunos que monitorizavam câmaras de alto mar em colaboração com o Laboratório de Tecnologia de Exploração da National Geographic foram os primeiros a documentar a presença de tubarões-albafar (*Hexanchus griseus*), nas Galápagos.

Esses alunos não são os únicos a juntarem-se a Kathy Croff Bell no fundo do mar. Ao implantar câmaras nas profundezas e ao transmitir em directo as suas expedições, Kathy permite que milhares de pessoas em todo o mundo explorem o oceano com ela. □



A CIÊNCIA DAS CORES FORTES

Químicos e físicos estão a testar formas de conseguir tornar os tons inspirados na natureza ainda mais vivos e intensos.

TEXTO DE
SARAH GIBBENS

1. Preto extremo

Produzido pelo artista Stuart Semple, o pigmento supernegro aqui mostrado é utilizado em pintura acrílica. As camadas de supernegro absorvem quase toda a luz visível, à semelhança de um buraco negro. Criam a ilusão de que objectos tridimensionais são planos. O famoso Vantablack foi usado para revestir relógios, mas um tom ainda mais negro foi produzido, em 2019, pelo MIT.



FOI O AZUL BRILHANTE e iridescente de uma borboleta que inspirou Andrew Parnell e os colegas. Impressionados com a capacidade do insecto para produzir tons tão vibrantes, os físicos e químicos começaram a investigar a forma como poderiam também produzir cores atractivas, sem usar corantes, mas alterando a estrutura do próprio material. “Poderíamos produzir reflectores, à semelhança do que fazem as borboletas, imitando a forma como a natureza os faz?”, questionou-se este investigador da Universidade de Sheffield.

Um pigmento produz cor absorvendo tudo, excepto um comprimento de onda específico de luz. Em contraste, as cores produzidas pela alteração da disposição das moléculas reflectem apenas um comprimento de onda específico. Parnell chama-lhe ciência do controlo da luz.

Os pigmentos azuis raramente ocorrem na natureza. No entanto, na Universidade Estadual do Oregon, Mas Subramanian, investigador na área de materiais, descobriu, por acidente, um novo pigmento azul. Quando procurava material magnético que pudesse armazenar electricidade e ser utilizado em computadores, Mas e os alunos de pós-graduação colocaram uma mistura de elementos metálicos (ítrio, índio e manganês) numa fornalha e foram surpreendidos com a criação de uma substância azul brilhante. Chamaram-lhe YInMn, um nome forjado a partir dos símbolos dos elementos. □

2. Azul extremo

Chamado YInMn, é o primeiro pigmento azul descoberto nos últimos 200 anos. A cor vívida é eficaz a reflectir calor, o que a torna útil para arrefecer os edifícios.

3. Rosa extremo

O pigmento rosa fluorescente foi criado pela Semple, que fabrica e vende materiais de arte [online](#).

4. Laranja extremo

Fabricado pela Shepherd Color Company, este RTZ Orange também é bastante “verde”, dado que está isento de componentes tóxicos como chumbo e cromato.

5. Amarelo extremo

À semelhança do RTZ Orange, o NTP Yellow é produzido pela Shepherd Color e é utilizado para dar uma cor amarela vibrante e durável.



3

4

5

1



GRANDE ANGULAR

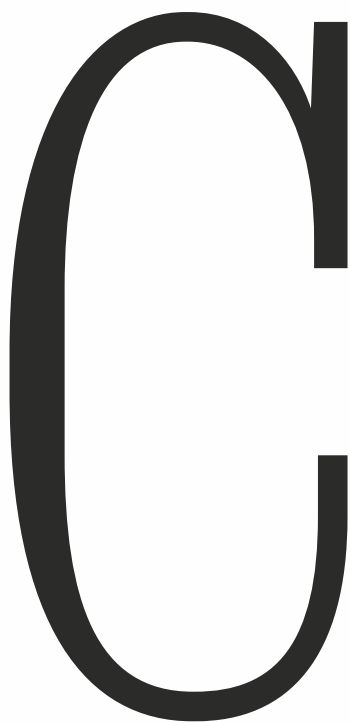
ABUTRES À SOLTA

O ABUTRE-PRETO REGRESSOU AO TERRITÓRIO PORTUGUÊS. ESTA PEQUENA VITÓRIA DOS ESFORÇOS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE CONSTITUI UMA SEGUNDA OPORTUNIDADE PARA UMA DAS MAIS EMBLEMÁTICAS AVES NECRÓFAGAS EUROPEIAS.

No meio de um grupo de grifos que devora avidamente a carcaça de uma ovelha, um imponente abutre-preto destaca-se com o seu potente bico.



TEXTO E FOTOGRAFIAS DE HUGO MARQUES



COM PASSOS SEGUROS, O PEQUENO GRUPO vai calcando um antigo trilho de pastores no Parque Natural do Douro Internacional às primeiras horas do dia. Com arribas salpicadas de velhos zimbros, azinheiras e oliveiras seculares, este território selvagem, inserido num dos mais remotos espaços da Península Ibérica, acolhe há poucos anos uma pequena colónia nidificante da maior ave necrófaga que ocorre na Europa, o enorme abutre-preto.

Em 2018, o biólogo José Alberto Pais encontrou na Biblioteca do Palácio da Ajuda um manuscrito de 1780 relatando o abate, na localidade de Vaqueiros (Santarém), de uma ave que, pelas características descritas, seria um abutre-preto. É o mais antigo registo conhecido da espécie no nosso território. Muita água passou desde então sob a ponte e esta ave já teve o seu epitáfio escrito em Portugal, integrando a longa lista de perdas de espécies selvagens. Foi vítima durante décadas de envenenamento, um processo que visava outros predadores mas que de forma indirecta atingia os necrófagos. O uso de pesticidas era igualmente estimulado para controlo de espécies daninhas, mas teve um impacte tremendo. “Quando foi finalmente proibido, na década de 1970, já a espécie estava quase aniquilada”, explica o biólogo Carlos Pacheco, especialista em aves necrófagas.

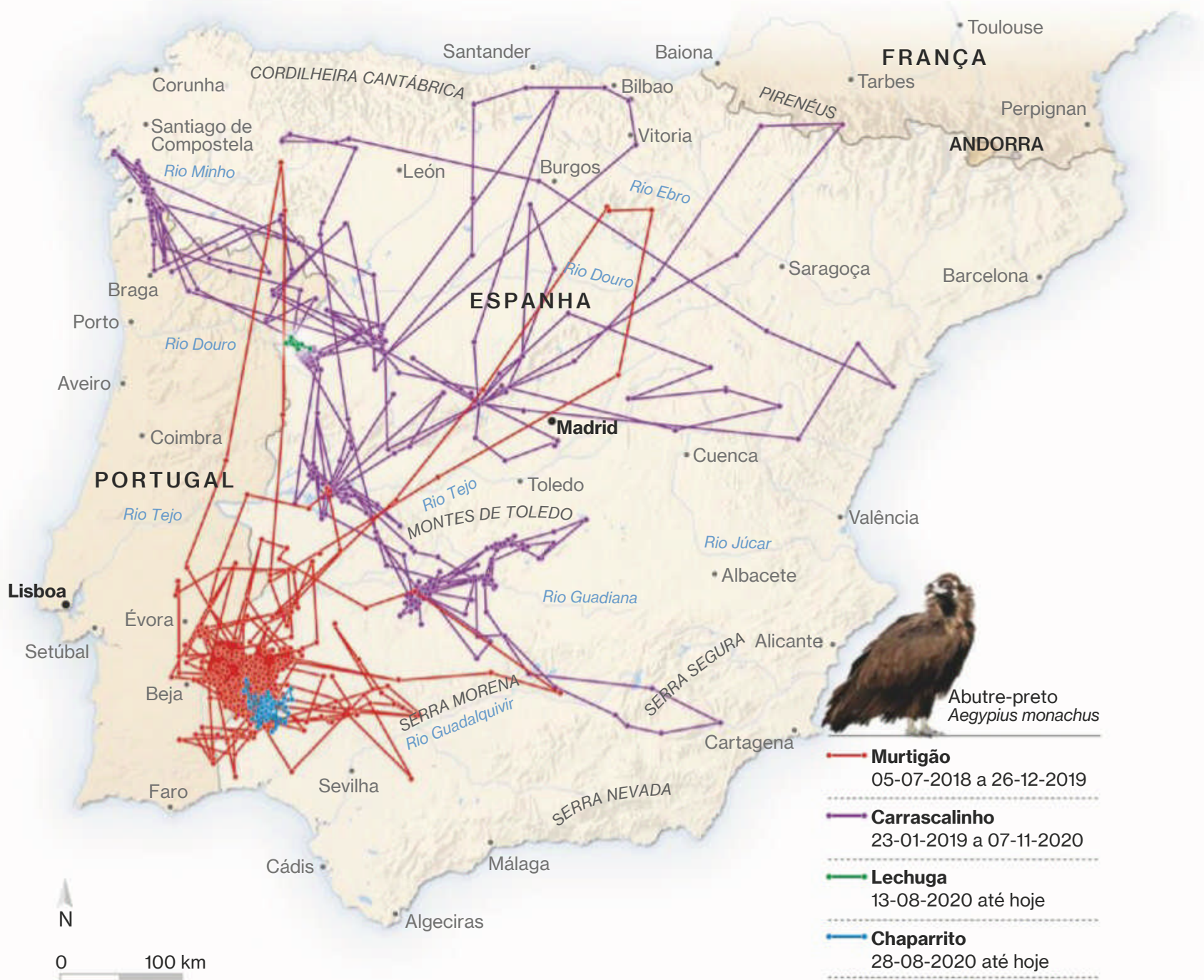
O envenenamento, hoje classificado como crime ambiental, foi legal durante décadas. A electrocução ou colisão com postes e linhas eléctricas, o abate ilegal, a degradação do habitat, nomeadamente através de processos de florestação com espécies exóticas e práticas agrícolas intensivas, a redução de disponibilidade alimentar e a perturbação humana, entre outros factores, pareciam conduzir o abutre-preto à galeria das recordações. No final do século XX, a espécie já não nidificava em território nacional, mas, nos últimos anos, abriu-se uma janela de esperança.

EM 2010, DOIS CASAIS de abutre-preto instalaram-se no Parque Natural do Tejo Internacional e inverteram a história. A majestosa silhueta voltou a ser avistada a planar na zona da raia e no Alentejo profundo, embora ainda em pequenos grupos. O regresso não resultou de um processo articulado de conservação, embora tivessem sido criadas condições de sossego e alimentação que decerto contribuíram para o desfecho.

Na Europa Ocidental, a espécie está intimamente ligada a ecossistemas mediterrâneos, escolhendo maciços de azinheira ou pinheiro para nidificar, em locais remotos com orografia acidentada e afastados da presença humana. O abutre-preto é muitas vezes observado em companhia dos seus congéneres grifo e britango (também conhecido como abutre do Egipto) e as medidas de conservação direccionadas para estas espécies facilitaram o seu regresso.

Patrulhando os extensos campos da Beira Baixa e do Alentejo em busca de alimento, o abutre-preto é agora também observado no Douro Internacional, onde existe uma pequena colónia, a mais recente em território nacional, com dois casais. Neste território, as incursões em solo espanhol são diárias, pois é aí que se encontra o alimento (animais domésticos mortos) em maior abundância.

Ao abrigo do programa LIFE RUPIS, um projecto de conservação do britango, do abutre-preto e da águia de Bonelli, coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, conjuntamente com a Fundação para a Conservação dos Abutres (VCF) e outras organizações nacionais, as duas crias da colónia de abutre-preto do Douro Internacional foram marcadas este ano com transmissores GSM. Só assim se poderão conhecer em pormenor os movimentos e as áreas vitais para a conservação desta espécie.



À esquerda, o biólogo Carlos Pacheco observa uma cria ao colo da vigilante da natureza Sílvia Mourão, durante o processo de marcação. Em cima, o mapa representa os movimentos de quatro abutres-pretos monitorizados pelo projecto. A ave, naturalmente, não respeita fronteiras e exige esforços de conservação transfronteiriços. Alguns abutres mantêm-se num território relativamente restrito, onde encontram abrigo e alimento. Outros deslocam-se em grandes distâncias.

MAPA DE ANYFORMS

O PROJECTO ESTÁ INSERIDO NO PROGRAMA LIFE RUPIS, CO-FINANCIADO PELO PROGRAMA LIFE DA UNIÃO EUROPEIA E PELA FUNDAÇÃO MAVÁ (SUÍÇA), E LIDERADO PELA SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DOS ABUTRES, O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, A ASSOCIAÇÃO TRANSMÂNICA E NATUREZA, A PALOMBAR, A GNR, A JUNTA DE CASTILLA Y LEÓN, A FUNDACIÓN NATURALEZA Y HOMBRE E A EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA.

O que terá levado esta ave, que não nidificava em Portugal, ao Parque Natural do Douro Internacional? “Uma possível explicação é estrutural”, diz o biólogo Carlos Pacheco. “No passado, a paisagem era fortemente marcada pelo homem e a produção agrícola de subsistência exigia a exploração dos recursos até ao osso. As campanhas do trigo dos anos 1930 levaram à degradação do habitat.” Todos os pedaços de terra eram usados para cultivo de cereal porque o pão era a base da alimentação. Sobrava pouco para as espécies selvagens e para as suas próprias necessidades.

O movimento demográfico de abandono dos campos no interior de Portugal e Espanha operou uma lenta transformação da paisagem. As antigas áreas dedicadas às culturas de sequeiro foram dando lugar a pastagens para a criação de gado bovino, ovino, suíno e caprino em regime extensivo de montado e a um incremento da renaturalização natural com sobreiros, azinheiras e matagal mediterrâneo. O porco-ibérico tem aqui o habitat perfeito para uma dieta que dá fama mundial a várias marcas de presuntos. Neste quadro de oportunidade, com o ressurgimento dos velhos ecossistemas, também os quatro grandes ungulados da fauna ibérica estão de regresso – o veado, o javali, o corço e a cabra-montês. De certa forma, a fresta pela qual espreitava o abutre-preto abriu-se de par em par.

De regresso aos céus, o abutre e o grifo encarregam-se com regularidade de eliminar as carcaças de animais da paisagem, mantendo os ecossistemas saudáveis e evitando a propagação de doenças. São como as brigadas de recolha de lixo nas cidades.

Frequentemente estas aves necrófagas aproveitam os restos de animais deixados por alcateias de lobos. É como se uma cadeia alimentar estivesse a recompor-se em tempo real.

NAS ARRIBAS DO DOURO INTERNACIONAL, o pequeno grupo de biólogos e técnicos que acompanho observa a uma distância de segurança o ninho do abutre-preto, com uma cria bem desenvolvida com cerca de 90 dias. A estrutura foi edificada sobre um velho zimbro. Mesmo sem ajuda dos druidas que tornaram famosas estas bagas, os progenitores escolheram esta árvore providencial num local afastado e com uma vista privilegiada sobre o vale do grande rio ibérico.

Os ninhos têm uma dimensão impressionante: chegam a medir quase dois metros de diâmetro, embora sejam construídos apenas com paus e galhos. Os abutres-pretos fazem por norma uma única postura por temporada que será incubada durante cerca de 55 dias. As crias estarão prontas a voar ao final de 100 a 120 dias.

Durante este frenesi, aterram como divindades aladas dois enormes abutres-pretos, juntando-se ao banquete.

Com auxílio de uma escada, Carlos Pacheco sobe ao ninho, procurando causar a menor perturbação possível. Com movimentos rápidos, coloca na cabeça da cria um caparão de cabedal, com o objectivo de a manter calma. No solo, a equipa executa as tarefas meticulosamente. Mede o bico e as asas, retira amostras de penas e, por fim, coloca o transmissor com cerca de 40 gramas que o acompanhará durante alguns anos alimentado por um pequeno painel solar. A ave não protesta e a acção decorre com tranquilidade.

“A colocação de emissores em abutres é uma ferramenta de conservação poderosa”, explica o biólogo José Pedro Tavares, director da VCF. “Tem de ser feita por especialistas, mas não há evidências de impacto sobre o comportamento das aves. Aliás, aplicamos uma técnica que inclui a queda do emissor ao fim de algum tempo, quando a sua vida útil termina.”

O tempo destas intervenções é cronometrado porque existe sempre o risco de os progenitores regressarem. A ave é por fim devolvida ao ninho e os biólogos respiram profundamente. Este tipo de monitorização é fundamental, pois estabelece uma ponte invisível entre a ciência e o mundo natural, “ajudando a determinar zonas de alimentação, movimentos migratórios e até causas de mortalidade, uma informação crucial para planear acções de conservação”, acrescenta José Pedro Tavares.

São 11 horas da manhã, num mês de Julho tórrido, fazendo jus ao conhecido ditado transmontano que prevê nove meses de Inverno e três de inferno na região. Subimos apressadamente a encosta com o sentimento de dever cumprido e alcançamos o topo da arriba sonhando com um banho refrescante.

Os grifos acompanham a cena, fazendo voos em círculo. São cerca de 1.600 casais nos dois parques naturais gémeos, o Douro Internacional e o Arribes del Duero, que constituem, com mais de duzentos mil hectares agregados, um dos maiores espaços da Rede Natura 2000 na Península Ibérica.

Com tão poucos abutres-pretos no Douro Internacional, a possibilidade de observar comportamentos alimentares é reduzida. Uma vez mais é necessário desenvolver uma estratégia. Um pastor conhecido indica-nos que uma ovelha do seu rebanho morreu naquela noite. A carcaça de um animal funciona como chamariz para as aves necrófagas e, com sorte, talvez o nosso alvo resolva juntar-se ao festim.



Com 98 a 107 centímetros de comprimento e quase três metros de envergadura, o abutre-preto é a maior ave que ocorre em território nacional. Durante largas décadas, não nidificou no território nacional. Os esforços de monitorização de ninhos (em baixo) e de marcação de adultos e juvenis têm produzido informação abundante.



A equipa coloca mãos à obra e, no dia seguinte, como *snipers* da natureza, biólogos, técnicos e fotógrafo dispersam-se camuflados pela Reserva da Faia Brava, a primeira reserva natural privada do país, gerida pela Associação Transumância e Natureza, acompanhados pelo guia de natureza Fernando Romão. Aguardamos que a carne fresca, disponibilizada no campo de alimentação para aves necrófagas da Reserva, cumpra o seu papel.

As esperas são normalmente longas e, com o calor que já se faz sentir, o cansaço atinge o reduzido grupo. Após algumas horas, os grifos, como guarda avançada, detectam o cadáver e vão voando em círculos cada vez mais baixos. Há uma certa timidez nas aves de maior envergadura. “Se não fossem desconfiadas, já há muito que se teriam extinguido”, brinca Carlos Pacheco.

Com cautela os grifos pousam a alguns metros da carcaça. Timidamente, avançam até que, numa espécie de tiro de partida, se lançam de forma desenfreada sobre a carcaça. Num caos absoluto, submergem totalmente a ovelha. Rasgam a pele e devoram a carne que se vai soltando com voracidade. Ouve-se uma sinfonia de grasnidos.

Durante este frenesi, aterram como divindades aladas dois enormes abutres-pretos, juntando-se ao banquete. Sem pedirem licença, tomam a liderança e, munidos do seu potente bico, cortam e ingerem as partes mais rijas do cadáver: os tendões e os músculos. Ao longe, com a prudência que se adivinha, os pequenos britangos aguardam pacientemente pela sua vez.

A satisfação é enorme. Há uma sensação de privilégio por poder avistar todas as espécies de abutres que ocorrem no território nacional no mesmo local. Quem sabe se um dia o quebra-ossos, extinto há mais de 100 anos, não atravessa a fronteira para se juntar aos seus congéneres?

ESPÉCIE RESIDENTE NA PENÍNSULA IBÉRICA, o abutre-preto percorre ainda assim grandes distâncias na busca de alimento. Os juvenis imaturos fazem movimentos dispersivos para exploração de novos territórios, percorrendo toda a Península Ibérica e podendo chegar ao Sul de França. Num dos mapas de seguimento que a equipa gosta de mostrar, o sinal emitido pelo transmissor de uma ave indicou que um dos abutres resolveu atravessar a cidade de Madrid, sobrevoando o Estádio Santiago Bernabeu!

Antes do regresso dos abutres ao Douro Internacional, já existia o projecto LIFE Habitat Lince-Abutre da Liga para a Protecção da Natureza nas ZPE de Mourão/Moura/Barrancos e vale do Guadiana, no Alentejo, com a criação de uma rede de campos de alimentação



geridos de forma a favorecer o abutre-preto. Foi um apoio fundamental, uma espécie de despensa disponível para a retaguarda da espécie. Calcula-se que existam agora no território português 35 casais desta espécie distribuídos em três colónias.

Os resultados são animadores. O programa específico de vigilância em Portugal foi premiado com a instalação de mais um casal e com a nidificação com sucesso de duas crias em 2020, mas as ameaças continuam à espreita. A ocupação do território por milhares de hectares de monoculturas agrícolas é uma das novas ameaças à sobrevivência de espécies selvagens como o abutre-preto.



A utilização de um medicamento veterinário, um anti-inflamatório para o gado (o diclofenaco) é igualmente suspeito de contribuir para a mortalidade de abutres. Se ingerido através de carcaças de animais tratadas por este fármaco, causa morte imediata devido a insuficiência renal aguda. Uma vez mais, o equilíbrio entre a conservação da natureza e a necessidade de explorar recursos para satisfazer a procura crescente não é fácil de encontrar.

Uma brisa fresca corre finalmente enquanto observo ao fundo a garganta do grandioso rio. Aproveitando as correntes térmicas que se formam, um enorme bando de grifos voa tranquilamente.

No campo de alimentação para aves necrófagas da Reserva da Faia Brava, um abutre-preto observa o mais pequeno abutre europeu, o britango. Este pequeno necrófago acorre às carcaças para aproveitar os restos de carne.

No meio deste bailado alado, detecto a presença inconfundível do admirável abutre-preto. O seu voo no canhão do Douro é um sinal de esperança e lembra-me as palavras de Miguel Torga no seu poema geológico: “O Douro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza.”

A **National Geographic Society** é uma organização global sem fins lucrativos que procura novas fronteiras da exploração, a expansão do conhecimento do planeta e soluções para um futuro mais saudável e sustentável.

NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE PORTUGAL

GONÇALO PEREIRA ROSA, *Director*

MIQUEL APARICI, *Director de Arte*

HELENA ABREU, *Coordenadora editorial*

JOSÉ LUIS RODRÍGUEZ,
Tratamento de imagem

CONSELHO DE DIRECÇÃO

ISMAEL NAFRÍA E AUREA DIAZ ESCRUI

CONSELHO CIENTÍFICO

AIRES BARROS, *Presidente;*

ALEXANDRE QUINTANILHA, *Biologia*

CARLOS FABIÃO, *Arqueologia*

CARVALHO RODRIGUES, *Aerospacial*

CLÁUDIO TORRES, *Arqueologia*

FRANCISCO ALVES, *Arqueologia Náutica*

FRANCISCO PETRUCCI-FONSECA, *Zoologia*

GALOPIM DE CARVALHO, *Geologia*

JOÃO DE PINA CABRAL, *Antropologia Social*

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA,
História da Expansão

SALOMÉ PAIS, *Botânica*

SUSANA MATOS VIEGAS, *Antropologia Social*

TERESA LAGO, *Astronomia*

VANDA SANTOS, *Paleontologia*

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES, *Ambiente*

VICTOR HUGO FORJAZ, *Vulcanologia*

TRADUÇÃO E REVISÃO

Bernardo Sá Nogueira, *Coordenação de tradução;* Bernardo Sá Nogueira, Erica da Cunha Alves e Luís Pinto, *Tradução;* Elsa Gonçalves, *Revisão*

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Anyforms; Filipa Capela (Internet e redes sociais); Hugo Marques; João Rodrigues; José Séneca; Pepe Brix; Vítor Ribeiro

SIGA-NOS TAMBÉM EM

nationalgeographic.pt

facebook.com/ngportugal

zinio.com/NatGeoPT

instagram.com/natgeo_revistaportugal

Canal National Geographic Portugal no YouTube

PROPRIETÁRIA/EDITORIA

Sede, Redacção e Publicidade

RBA Revistas Portugal, Lda

Rua Filipe Folque, 46, 4.º, 1050-114 Lisboa

Tel.: (351) 213 164 200

nationalgeographic@rbarevistas.pt

NIF: 507 637 356

Licença de National Geographic Partners, LLC

Capital social: € 9.000

CRC LISBOA: n.º 16.241

ACCIONISTAS:

RBA Publicaciones, S.L.U. € 5.000 (55,5%)

RBA Revistas, S.L. € 4.000 (44,5%)

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO

Rotocobri, S.A.U.

Ronda de Valdecarrizo n.º 13

28760 Tres Cantos – Madrid

ASSINATURAS

VASP-PREMIUM

Tel.: (351) 21 433 70 36 (de 2.ª a 6.ª feira)

assinaturas@vasp.pt

DISTRIBUIÇÃO

VASP, Distribuidora de Publicações, SA

MLP – Media Logistic Park

Quinta do Grajal

2739-511 Agualva - Cacém

Tel.: (351) 214 337 000

Preço no Continente (IVA incluído): € 4,95

Periodicidade: mensal

Depósito Legal n.º 160242/01

ISSN 2182-5459

Registo de imprensa n.º 123811

Tiragem média: 40.000

Estatuto editorial:

nationalgeographic.pt/lei-transparencia



Interditada a reprodução de textos e imagens

NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY

CHIEF EXECUTIVE OFFICER Dr. Jill Tiefenthaler

SENIOR MANAGEMENT

PRESIDENT AND CHIEF OPERATING OFFICER: Michael L. Ulica

CHIEF BUSINESS OPERATIONS OFFICER: Tara Bunch

INTERIM CHIEF SCIENCE AND INNOVATION OFFICER: Valerie Craig

CHIEF HUMAN RESOURCES OFFICER: Mara Dell

CHIEF COMMUNICATIONS OFFICER: Kalee Kreider

CHIEF EXPLORER ENGAGEMENT OFFICER: Alexander Moen

CHIEF EDUCATION OFFICER: Vicki Phillips

CHIEF STORYTELLING OFFICER: Kaitlin Yarnall

BOARD OF TRUSTEES

CHAIRMAN: Jean M. Case

VICE CHAIRMAN: Katherine Bradley

Brendan P. Bechtel, Afsaneh Beschloss, Ángel Cabrera, Elizabeth (Beth) Comstock, Jack Dangermond, Joseph M. DeSimone, Alexandra Grosvenor Eller, Jane Lubchenco, Kevin J. Maroni, Strive Masiyiwa, Mark C. Moore, George Muñoz, Lyndon Rive, Edward P. Roski, Jr., Frederick J. Ryan, Jr., Rajiv Shah, Ellen R. Stofan, Anthony A. Williams, Tracy R. Wolstencroft

EXPLORERS-IN-RESIDENCE

Sylvia Earle, Enric Sala

EXPLORERS-AT-LARGE

Robert Ballard, Lee R. Berger, James Cameron, J. Michael Fay, Beverly Joubert, Dereck Joubert, Louise Leakey, Meave Leakey

NATIONAL GEOGRAPHIC PARTNERS

CEO Gary E. Knell

SENIOR MANAGEMENT

EDITORIAL DIRECTOR: Susan Goldberg

GENERAL MANAGER NG MEDIA: David E. Miller

DEPUTY CHIEF COUNSEL: Evelyn Miller

GLOBAL NETWORKS CEO: Courteney Monroe

HEAD OF TRAVEL AND TOUR OPERATIONS: Nancy Schumacher

CHIEF FINANCIAL OFFICER: Akilesh Sridharan

BOARD OF DIRECTORS

Jean M. Case, Bob Chapek, Nancy Lee, Kevin J. Maroni, Peter Rice, Frederick J. Ryan, Jr., Jill Tiefenthaler, Michael L. Ulica

INTERNATIONAL PUBLISHING

SENIOR VICE PRESIDENT: Yulia Petrossian Boyle

Allison Bradshaw, Ariel Deiaco-Loehr, Kelly Hoover,

Diana Jaksic, Jennifer Jones, Leanna Lakeram,

Jennifer Liu, Rossana Stella

Copyright © 2021 National Geographic Partners, LLC.

Todos os direitos reservados. National Geographic e Yellow Border: Registered Trademarks® Marcas Registradas. A National Geographic declina a responsabilidade sobre materiais não solicitados.

RBA PORTUGAL

TERESA VERA MAGALHÃES, *Directora-geral*

RBA REVISTAS

Licença de

NATIONAL GEOGRAPHIC PARTNERS, LLC.

RICARDO RODRIGO, *Presidente*

ANA RODRIGO, *Editora*

JOAN BORRELL FIGUERAS, *Director-geral Corporativo*

AUREA DIAZ ESCRUI, *Directora-geral*

BERTA CASTELLET, *Directora de Marketing*

JORDINA SALVANY, *Directora Criativa*

ISMAEL NAFRÍA, *Director Editorial*

JOSÉ ORTEGA, *Director de Circulação*

RAMON FORTUNY, *Director de Produção*

NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE

EDITOR IN CHIEF Susan Goldberg

EXECUTIVE EDITOR: Debra Adams Simmons. MANAGING EDITOR, MAGAZINES: David Brindley. SENIOR DIRECTOR, SHORT FORM: Patty Edmonds. DIRECTOR OF VISUAL AND IMMERSIVE EXPERIENCES: Whitney Johnson. SENIOR EXECUTIVE EDITOR: Indira Lakshmanan. EXECUTIVE EDITOR, LONG FORM: David Lindsey. CREATIVE DIRECTOR: Emmet Smith. MANAGING EDITOR, DIGITAL: Alissa Swango. MANAGING EDITOR, INTEGRATED STORYTELLING: Michael Tribble.

INTERNATIONAL EDITIONS EDITORIAL DIRECTOR: Amy Kolczak. DEPUTY EDITORIAL DIRECTOR: Darren Smith. TRANSLATION MANAGER: Beata Kovacs Nas. INTERNATIONAL EDITOR: Leigh Mitnick

EDITORS ALEMANHA: Werner Siefer. AMÉRICA LATINA: Claudia Muzzi Turullols. BULGÁRIA: Krassimir Drumev. CAZAQUISTÃO: Yerkin Zhakipov. CHINA: Tianrang Mai. COREIA: Junemo Kim. CROÁCIA: Hrvoje Prčić. ESLOVÉNIA: Marija Javornik. ESPANHA: Ismael Nafria. ESTÓNIA: Erkki Peetsalu. FRANÇA: Gabriel Joseph-Dezaize. GEÓRGIA: Natia Khuluzauri. HOLANDA/BÉLGICA: Arno Kantelberg. HUNGRIA: Tamás Vitray. ÍNDIA: Lakshmi Sankaran. INDONÉSIA: Didi Kaspi Kasim. ISRAEL: Idit Elnatan. ITÁLIA: Marco Cattaneo. JAPÃO: Shigeo Otsuka. LÍNGUA ÁRABE: Alsaad Omar Almenhaly. LITUÂNIA: Frederikas Jansonas. POLÓNIA: Agnieszka Franus. PORTUGAL: Gonçalo Pereira Rosa. REPÚBLICA CHECA: Tomáš Tureček. ROMÉNIA: Catalin Gruia. RUSSIA: Andrei Palamarchuk. SÉRVIA: Igor Rill. TAIWAN: Yungshih Lee. TAILÂNDIA: Kowit Phadungruangkij. TURQUIA: Nesibe Bat

TRÁFICO
SEXUAL DE
MENORES

Esperamos que esta reportagem o horrorize

TEXTO DE **SUSAN GOLDBERG** FOTOGRAFIA DE **SMITA SHARMA**

“ANTES DE SEREM VENDIDAS ao mesmo bordel, Sayeda e Anjali eram adolescentes típicas, crescendo em circunstâncias semelhantes, a algumas centenas de quilômetros de distância.”

Esta é a introdução discreta de uma história que deverá chocar todos os que a lerem e que talvez incite alguns leitores a exigirem actos concretos. “Vidas roubadas”, de Yudhijit Bhattacharjee, é uma investigação reveladora de uma tragédia de direitos humanos: a escravidão sexual de menores.

O tráfico sexual de menores espalha-se por todo o mundo e atrai milhões de crianças, a maioria das quais fugindo à pobreza, ao analfabetismo e à escassez de oportunidades. A maioria das vítimas são meninas.

Todos os países são atingidos por este flagelo, mas algumas regiões são especialmente afectadas. Concentramo-nos no estado indiano de Bengala Ocidental e no vizinho Bangladesh, que em tempos constituíam uma única província conhecida como Bengala.

“Só em 2017 foram dadas como desaparecidas em Bengala Ocidental 8.178 crianças, quase um oitavo do total registado na Índia nesse ano. Uma quantidade significativa destas raparigas foi, quase certamente, vendida a bordéis”, escreve o jornalista. “A situação talvez seja pior no Bangladesh: segundo uma estimativa do governo, 50 mil raparigas são todos os anos traficadas do país para a Índia, ou rumo a outros destinos.”

Para destacar esta tragédia global, publicamos uma reportagem sobre duas meninas, Sayeda e Anjali. As jovens foram persuadidas pelos supostos namorados a fugir. Depois, estes venderam-nas a um bordel onde eram obrigadas a prestar serviços sexuais até



M., agora com 18 anos, caminha acompanhada pelas primas em Bengala Ocidental, na Índia. Quando M. tinha 15 anos, um homem de 21 anos drogou-a, levou-a da sua aldeia para Deli, espancou-a e violou-a durante dias. Depois, vendeu-a a um bordel. Ela seria resgatada mais tarde.

20 vezes por dia e eram violentamente espancadas quando recusavam.

Relatamos esta história graças à dedicação de Yudhijit Bhattacharjee, um jornalista que começou a carreira a cobrir crimes em Calcutá, e de Smita Sharma, uma fotógrafa de Deli que documentou o problema durante anos. Ao longo de 133 anos, a *National Geographic* chamou frequentemente a atenção para abusos dos direitos humanos. Em todas essas ocasiões, ficámos sensibilizados pela reacção dos nossos leitores. Obrigado por ler a *National Geographic*. □

Nesta reportagem, as vítimas são referidas pelas iniciais dos seus nomes e não são identificadas nas fotografias. São usados pseudónimos (Sayeda e Anjali) para as duas meninas referidas no texto. Esta é uma excepção às práticas da National Geographic.

Escondemos as identidades para proteger a segurança destas jovens e o seu futuro e para cumprir as leis indianas que protegem a identidade das vítimas de crimes sexuais.

Eu sou o rio,



O rio sou eu.

RECTIFICANDO UMA HISTÓRIA
DE INJUSTIÇA, A NOVA ZELÂNDIA
ATRIBUI AO RIO WHANGANUI
OS DIREITOS JURÍDICOS
DE UM INDIVÍDUO.





Te Wainuiarua Poa,
uma aluna maori de Direito,
venera o seu rio ancestral,
o Whanganui (à esquerda).
A defesa do seu *mana*,
ou prestígio, "é uma
viagem interminável".



Envolta em nuvens, Ngauruhoe (a mítica Montanha da Perdição do filme "O Senhor dos Anéis", de Peter Jackson) é uma das montanhas sagradas do centro da Ilha do Norte, na Nova Zelândia, onde tem início a viagem do rio.



Wahi Marama Teki, hoje octogenário, ensina história e tradições maori às crianças num centro de encontros em Koriniti, uma povoação nas margens do rio Whanganui.





TEXTO DE KENNEDY WARNE
FOTOGRAFIAS DE MATHIAS SVOLD

“O grande Rio corre das montanhas até ao mar. Eu sou o Rio, o rio sou eu.”

Com estas palavras, as tribos maori de Whanganui, na Nova Zelândia, declaram a sua ligação indissolúvel ao rio ancestral. O rio nasce nos campos de neve de um trio de vulcões no centro da Ilha do Norte. Segundo os mitos locais, uma lágrima do olho do Pai Céu caiu no sopé da mais alta destas montanhas, a solitária Ruapehu, e assim nasceu o rio.

Engrossado por uma miríade de afluentes, serpenteia como uma enguia através de terras montanhosas no seu trajecto de 290 quilómetros até ao mar. Ao viajar pela íngreme Estrada do Rio, avistará lá em baixo canoístas navegando calmamente à deriva nas zonas plácidas, deixando-se levar pela corrente com a sua carga de detritos e espuma, para depois usarem velozmente os seus remos e transporem um rápido.

Há mais de setecentos anos que as tribos de Whanganui controlam este rio, cuidando e dependendo dele. É o seu *awa tupua*, o rio do poder sagrado. Contudo, quando os colonizadores europeus aqui chegaram, em meados do século XIX, a autoridade tradicional das tribos foi minada e acabou por ser extinta por decreto governamental e sem qualquer debate.

A partir de então, foram assistindo à degradação e desonra do seu rio, mesmo quando era aclamado como maravilha paisagística – “o Reno da Nova Zelândia”. Os seus rápidos foram dinamitados a fim de facilitar a passagem dos navios turísticos a vapor e de abrir o caminho à aquisição de terras no interior. O cascalho foi extraído para lastro dos caminhos-de-ferro e construção de estradas, danificando o leito ribeirinho e os bancos de pesca. A foz transformou-se no ralo dos esgotos de uma cidade.



Para este grupo de mulheres maori que cometeram um crime, a oportunidade de comungarem com o rio alimenta uma sensação de individualidade e promove a cura. Os maori têm taxas de encarceração desproporcionadas e péssimos resultados em indicadores como a educação, a saúde e o emprego.



Mais ofensivo, porém, foi o desvio das suas águas a montante para outra bacia hidrográfica, no âmbito de um vasto projecto hidroeléctrico, privando as regiões superiores do rio do seu caudal natural – uma grave afronta cultural. Segundo a tradição maori, a cabeça é a parte mais sagrada de qualquer indivíduo e, para eles, o rio é efectivamente uma pessoa – um *tupuna*, ou antepassado.

No dia 20 de Março de 2017, contudo, ocorreu um episódio extraordinário. A Nova Zelândia reconheceu por lei algo em que os maori insistiam desde sempre: que o rio é um ser vivo. O parlamento apro-

vou legislação declarando que Te Awa Tupua – o rio e todos os seus elementos físicos e metafísicos – é um conjunto vivo e indivisível e, por conseguinte, tem “todos os direitos, poderes, deveres e responsabilidades de uma pessoa colectiva”.

Não é o único a deter tal estatuto. Com base no precedente de Whanganui, uma área com 2.127 quilómetros quadrados de florestas, lagos e rios (um antigo parque nacional conhecido como Te Urewera) também adquiriu personalidade jurídica. Dentro em breve, uma montanha, Taranaki, tornar-se-á a “terceira pessoa”.



NOOUTRAS REGIÕES DO MUNDO, também têm ocorrido tentativas de atribuir direitos jurídicos à natureza, incluindo os rios sagrados Ganges e Yamuna, na Índia. Em Fevereiro de 2020, os eleitores da cidade de Toledo, no estado de Ohio (EUA), tentaram que fosse atribuído estatuto jurídico ao lago Erie. Na esteira destas iniciativas, a questão mais premente é se tais dispositivos jurídicos se revelarão eficazes em tribunal. Poderá a natureza acionar judicialmente os seres humanos pelos danos por estes infligidos?

E a resposta é: ninguém sabe. Ainda não foi interposta qualquer acção judicial. É difícil especular sobre possíveis resultados.

Para os líderes maori, o enfoque nos direitos jurídicos é um equívoco. Importa, sim, que os seres humanos se guiem por uma orientação relativamente ao mundo natural – que não se baseie em direitos, mas em responsabilidades. É uma noção que podemos tomar de empréstimo das famosas palavras de John F. Kennedy: não pergunte o que a natureza pode fazer por si; pergunte o que pode você fazer pela natureza.

A principal intenção dos estatutos da Nova Zelândia é corrigir injustiças de longa data. Emergem da viagem de verdade e reconciliação na qual o meu país embarcou há 40 anos, na tentativa de rectificar uma história de promessas quebradas

“Já vi homens adultos chorarem ao verem isto”, diz o guia ribeirinho Mike Poa sobre a estação hidroeléctrica de Tokaanu, que capta água junto da nascente do rio Whanganui, reduzindo o seu caudal.





Jason Waters prende cabos a pinheiros recentemente abatidos. A exploração florestal é uma indústria essencial da região, mas o abate de árvores expõe o solo à erosão induzida pela chuva, libertando toneladas de sedimentos no rio.

aos maori. Governos sucessivos (conhecidos na gíria constitucional como “a Coroa”) violaram o Tratado de Waitangi, o documento fundador do país, quase desde o ano em que este foi assinado.

Desde 1975 que uma comissão de inquérito, o Tribunal de Waitangi, tem sido diligente na investigação, elaboração de relatos e recomendações para a Coroa corrigir os danos causados a mais de cem tribos de Aotearoa (Nova Zelândia).

Ao abrigo do tratado, os maori receberam garantias de que preservariam a autoridade suprema, detida desde tempos imemoriais, sobre as suas terras, habitações e tudo aquilo que consideravam tesouros. É inquestionável que os chefes de Whanganui que assinaram o tratado em 1840 consideravam o rio um tesouro – um tesouro inestimável. Era o seu cesto de comida, o seu armário de remédios, a sua auto-estrada e o seu fosso defensivo. Era o seu curandeiro, o seu sacerdote, o seu progenitor. Era a fonte do seu prestígio e a essência do seu ser. Era, como o Tribunal de Waitangi explicou na sua reivindicação no Tratado do Rio Whanganui, a artéria principal do seu coração.

Estas comunidades tinham um conhecimento profundo do rio. Sabiam como, quando e onde pescar 18 espécies de peixes de água doce, juntamente com mexilhões, lagostins e camarões. Especializaram-se na construção de enormes açudes de madeira para capturar o seu alimento essencial, as enguias. Conheciam e deram nome a todos os rápidos do rio. Conheciam os espíritos guardiões, chamados *taniwha*, que viviam em cada curva do rio.

As suas aldeias (no século XIX, havia 143) aninhavam-se numa faixa de terra entre o rio e a floresta. Algumas comunidades residentes no alto das falésias utilizavam escadas feitas de trepadeiras para descerem ao rio. Puxavam as escadas para cima para impedirem os ataques inimigos.

Foram capazes de repelir os inimigos tribais, mas não conseguiram impedir que o governo colonial tentasse roubar-lhes o controlo sobre o rio. Em 1903, foi introduzida, numa lei de pouca importância, uma cláusula que assegurava a posse pelo governo de todos os leitos fluviais navegáveis. Esta medida, contrária ao tratado, selou o destino do rio. Os maori de Whanganui lutaram pela posse do leito ribeirinho numa das mais longas acções judiciais da história do país, mas de nada lhes serviu. (Continua na pg. 16)





Os maori
concebem o mundo
vivo como uma
extensa rede
de relações, na qual
os seres humanos
não são superiores
nem inferiores
a qualquer outra
forma de vida.

O caçador Jack Cashmore descansa depois de transportar uma carcaça de veado, monte acima, na fronteira do Parque Nacional de Whanganui. Os veados foram introduzidos na Nova Zelândia na transição para o século XX. Embora valorizados pelos caçadores, os animais danificam as florestas autóctones por se alimentarem de árvores, rebentos e plantas da floresta.

A "tia Piki" Waretini, uma anciã Whanganui, usa a tradicional tatuagem no queixo das mulheres maori com estatuto elevado. A tatuagem é considerada uma representação de uma essência espiritual.



Depois de 30 anos a viver longe do rio, a cantora Celena Amiria Caswell regressou à povoação de Jerusalém. Recebeu como presente de boas-vindas um manto tradicional, tecido com linho e penas de aves.





ATÉ AGORA. Na nova legislação, a Coroa apresenta um pedido de desculpas pelos seus erros históricos, reconhecendo que violou o tratado, minou a capacidade das tribos de Whanganui para exercerem os seus direitos e responsabilidades consuetudinários em relação ao rio e comprometeu o seu bem-estar físico, cultural e espiritual.

A Coroa afirma que “pretende redimir-se dos erros passados e dar início ao processo de cura”. A lei Te Awa Tupua, afirma, representa “o começo de uma nova e duradoura relação”, centrada no rio.

Embora se trate de uma declaração de humildade por parte de um governo, a lei não devolve a posse do rio às tribos de Whanganui. Por enquanto, essa ponte política continua a estar demasiado distante, mesmo para um país que acredita que o seu futuro reside num genuíno “tratado de parceria” entre os maori e os não-maori.

Qual, então, o objectivo desta lei?” Reconhecimento”, diz Gerrard Albert, presidente do colectivo tribal responsável pela conquista do novo estatuto do rio. Reconhecimento de que o rio é um “conjunto vivo e indivisível” e não os componentes fragmentados e inanimados de água, leito, margens, afluentes e bacias hidrográficas do ponto de vista europeu. Reconhecimento também da ligação inalienável entre as tribos e o rio.

A planta nacional da Nova Zelândia é o feto-prateado, que decora as camisolas da equipa nacional de rãguebi, os All Blacks, e dá nome à equipa feminina de *netball*. O feto cresce nas florestas do Parque Nacional de Whanganui.

A natureza faz parte da família: é um elemento central da cosmologia dos maori. Eles concebem o mundo vivo como uma extensa rede de relações, na qual os seres humanos não são superiores nem inferiores a qualquer outra forma de vida. Encontram-se todos unidos, por serem todos descendentes da Terra e do Céu.

As concepções maori são “a extremidade afiada da *waka* [canoa] sobre a qual a água se dobra”, disse-me Albert, quando me encontrei com ele na cidade de Whanganui. Ele considera que o estatuto de personalidade jurídica do rio é “uma oportunidade para os maori e os pakeha se orientarem em torno do rio, eliminarem barreiras à cooperação e centrarem-se naquilo que é bom para todos, incluindo o *awa*.” (“Pakeha” é o termo usado pelos maori para se referirem aos não-maori.)

Muitos pakeha acolheram bem o estatuto de personalidade jurídica de Whanganui e Te Urewera e a reconciliação com a história. Queremos enfrentar as verdades desconfortáveis do passado do país porque queremos a reconciliação que acompanha o confronto da injustiça e a aplicação de soluções.



Gerrard Albert ajudou a negociar o acordo que conferiu reconhecimento jurídico ao rio. Nesta imagem, ensina o filho mais novo, Tokoiterangi, a devolver parte das enguias capturadas à divindade do rio, segundo a prática tradicional dos maori.

No entanto, além da reconciliação existe também um chamamento. Os valores maori de ligação à natureza, uma perspectiva de relação com o mundo, uma ética de reciprocidade, um entendimento sagrado da criação como um todo – estes princípios parecem intrinsecamente correctos, para não dizer desesperadamente necessários para resolver as crises ambientais da humanidade e muitos de nós querem avançar rumo a essa maneira de ser.

Conseguirá o Te Awa Tupua ajudar-nos nessa matéria? Haverá uma forma de os pakeha partilharem a declaração de identidade de Whanganui e dizerem “Eu sou o rio, o rio sou eu?”

Ele contou-me uma história. Quando um dos chefes tribais que apresentou a proposta sobre o rio Whanganui morreu, em 2010, o seu corpo foi transportado pelo rio até ao local onde foi sepultado. “Eu ia na embarcação atrás da dele”, disse Albert. “Nas margens, agricultores pakeha seguravam folhas de fetos. Quando o barco passou, pousaram os fetos na água”, a forma tradicional de honrar a força vital da água dos maori. “Estavam a homenagear os valores que ele defendeu e pelos quais lutou.”

“Te Awa Tupua é uma proposta inclusiva. Tendo em conta a nossa posição a nível global e ambiental, se o meu filho estiver num precipício, à beira de cair, será relevante eu agarrá-lo, para o impedir de cair? Temos um ditado: os ribeiros mais pequenos e os maiores correm juntos. É uma metáfora para as comunidades. Somos todos responsáveis pelo bem-estar do rio.”

A nossa comunhão com a natureza ganhou expressão graças às palavras do filósofo especialista em Direito Christopher Stone, num ensaio publicado em 1972 com o título “Deverão as árvores ter estatuto jurídico? – Rumo aos direitos jurídicos dos objectos naturais”. Ele propunha uma “teoria nova e radical” sobre a relação entre os seres humanos e a natureza. De forma premonitória, observava que os problemas actualmente enfrentados pelos seres humanos são “as crises mundiais de um organismo global: não é a poluição de um ribeiro, mas a poluição da atmosfera e do oceano. Cada vez mais a morte que ocupa a imaginação de cada ser humano não é sua, mas a de todo o ciclo de vida do planeta, do qual fazemos parte como células de um organismo.”

Passados mais de 40 anos, um pequeno conjunto de leis começa a dar forma à “teoria nova e radical” de Christopher Stone. Um rio na Nova Zelândia desbravou caminho. □

O governo da Nova Zelândia declara a sua "vontade de reparar os erros do passado e iniciar o processo de cicatrização das feridas causadas".

Mia Riley, Jaden Street e os seus cães apascentam ovelhas junto de um ribeiro num terreno agrícola acidentado. A lei de personalidade jurídica reconhece não só o rio Whanganui, como todos os seus afluentes, incluindo o Te Awa Tupua, o rio ancestral.





Nascido e criado junto do rio, em Pikipiki, aldeia com 22 habitantes, Eddie Te Huia trabalha para o Departamento de Conservação, a agência federal responsável pela preservação das plantas e animais endémicos do país.



A adolescente Jessica Bensemman-Faiers frequenta um centro de formação de língua maori em Koriniti com o filho, Tangaroa, para que ambos sejam capazes de imbuir-se do conhecimento e valores tradicionais.



Sob o céu austral

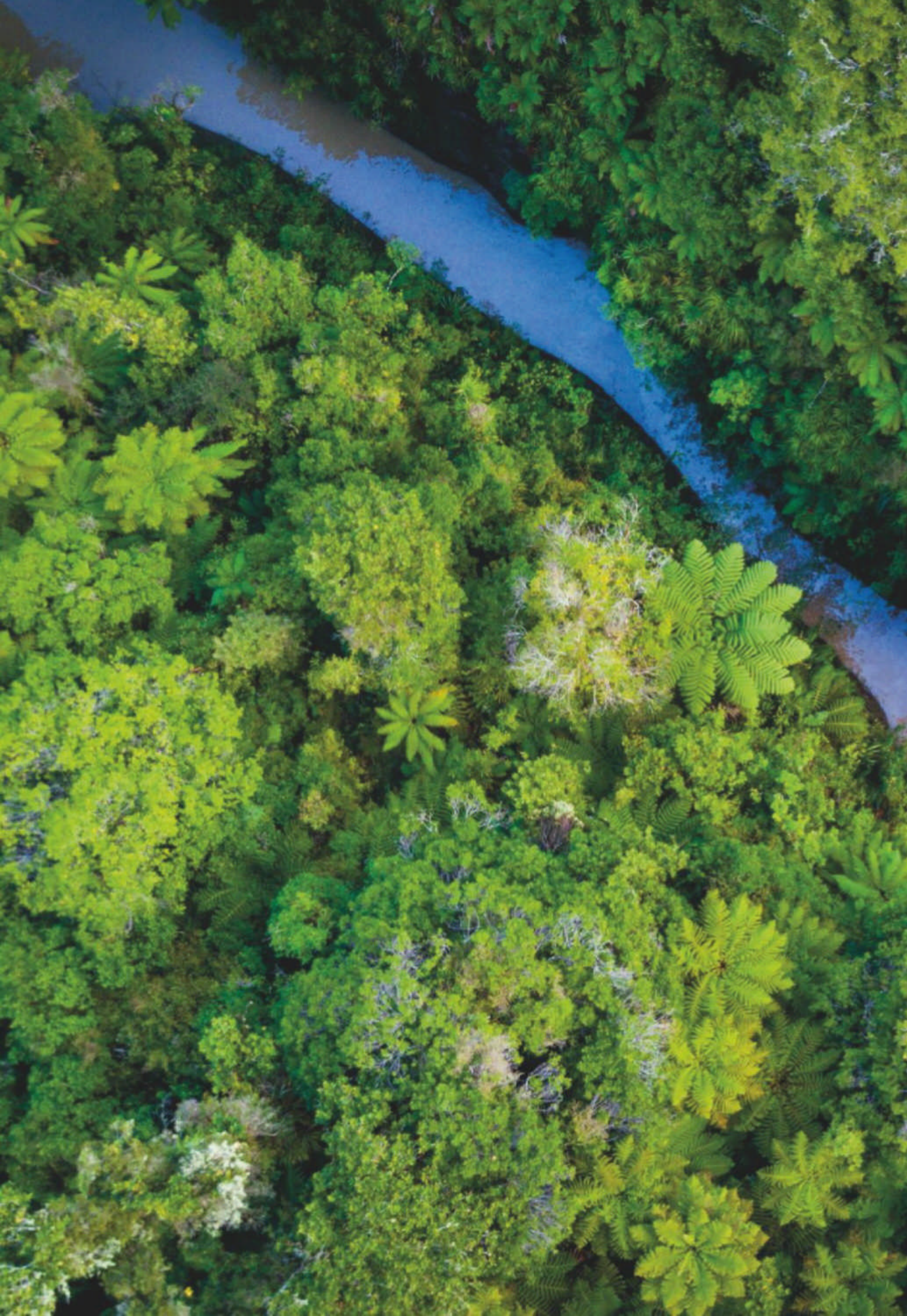
A MEIO CAMINHO ENTRE
A AUSTRÁLIA E A ANTÁRCTIDA,
A NOVA ZELÂNDIA POSSUI
UM PATRIMÓNIO
ÍMPAR.





O Parque Nacional de Fiordland, na Ilha do Sul, faz parte do território ao qual os maori chamam Te Wahipounamu, a terra da pedra verde, numa referência ao jade. Um dos seus fiordes mais conhecidos fica no estreito de Milford.

SHAHAIRA/GETTY IMAGES





O Parque Nacional de Whanganui, na Ilha do Norte, foi criado para proteger as zonas superiores do rio Whanganui, com 290 quilómetros de extensão. Venerado pelos maori, o rio usufrui agora de direitos e deveres idênticos aos de uma pessoa colectiva.

MATTHEW MICAH WRIGHY / GETTY IMAGES

Treze parques nacionais, quarenta e quatro reservas marinhas e inúmeros espaços classificados

com diferentes estatutos preservam legalmente a vida natural da Nova Zelândia, correspondendo aproximadamente a 32% da superfície terrestre e outro tanto das águas territoriais marinhas deste país que tem a dimensão aproximada do Reino Unido. O mundo habituou-se a reconhecer na Nova Zelândia um modelo de gestão da natureza.

Formado por duas grandes ilhas, a Ilha do Norte e a Ilha do Sul, e algumas ilhas menores e ilhéus, tudo indica que o país terá sido baptizado pelo cartógrafo Joan Blaeu em 1645, em homenagem à província da Zelândia nos Países Baixos. Existe alguma controvérsia sobre o primeiro ocidental a pisar este território isolado a cerca de dois mil quilómetros de distância da Austrália: alguns atribuem a proeza ao holandês Abel Tasman, que aqui acostou em 1642. Outros admitem que o marinheiro espanhol Juan Fernández o possa ter feito em 1576, da mesma forma que ainda permanece em aberto o debate sobre o primeiro europeu a chegar à Austrália.

No entanto, só na primeira das três viagens de James Cook ao Pacífico Sul é que a Nova Zelândia foi explorada e cartografada em pormenor por um europeu. A chegada do navegador britânico a bordo do HMB *Endeavour* em 1769, foi o princípio do fim do *modus vivendi* dos maori, habitantes destas terras desde o século XIII, momento em que terão desembarcado nesta costa vindos da Polinésia, a bordo de precárias *wakas*, ou canoas. Fixaram-se ali em migrações sucessivas. Os primeiros encontros entre maori e britânicos começaram mal: assim que desembarcaram, os homens de Cook abateram Te Maro, um chefe local, e outros indígenas morreram num tiroteio nos dias seguintes. Foi preciso esperar até 2019 para o governo britânico pedir oficialmente desculpas pelo acto, no âmbito do 250.º aniversário da chegada do explorador inglês.

Desde 1851 que o apelido do navegador dá nome ao cume mais alto do país, o monte Cook, Aoraki em idioma maori, e ao parque nacional onde se encontra. O cume, com 3.724 metros de altitude, faz parte dos Alpes Neozelandeses, a cordilheira que corre ao longo da costa ocidental da Ilha do

Sul, dominada por um reino de rocha e gelo, cenário do primeiro filme da trilogia “O Senhor dos Anéis”. Juntamente com três outros parques, o Parque Nacional de Aoraki/Monte Cook faz parte de Te Wahipounamu, a terra de jade, classificada como Património Mundial em 1990. Entre as montanhas setentrionais e os fiordes do Sul, abrange um décimo do território do país, acolhe os maiores glaciares e as florestas mais altas e é um bastião da flora e fauna ancestrais.

Ao longo da sua história em comum, o convívio entre os maori e os descendentes dos primeiros colonizadores europeus foi difícil. Uma das maiores desavenças ocorreu, compreensivelmente, sobre a forma de gerir o ambiente. Aqui, como em tantas outras regiões do mundo, a colonização quis despojar os povos nativos dos seus direitos, estreitamente vinculados à natureza. Os maori, que na actualidade representam 17% de uma população de 4,9 milhões de habitantes, consideram que todos os seres vivos coexistem numa intrínseca ligação com a terra e o céu e, como costumam dizer, “o ecossistema define a minha qualidade de vida”. Sabem que a sua saúde e bem-estar dependem da saúde do ambiente, uma afirmação que a ciência reconhece. Eles próprios, ao chegarem a estas terras que designaram por Aotearoa, ou terra da grande nuvem branca, sofreram as consequências negativas que a presença humana pode exercer.

Tudo indica que a primeira espécie invasora do país terá chegado a bordo daquelas *wakas*, as embarcações maori com as quais estes povos polinésios alcançaram a Nova Zelândia. Trata-se do rato do Pacífico, alvo actualmente do programa Predator Free 2050, lançado com o objectivo de erradicar, até meados deste século, essa espécie de roedor e outros dois mamíferos igualmente invasivos – os arminhos e os opossums.

Com 3.724 metros de altitude, o monte Cook (ou Aoraki, em maori) é o cume mais alto do país. Situa-se na Ilha do Sul, no parque nacional homónimo, e reúne 72 glaciares. Juntamente com os parques de Fiordland, Monte Aspiring e Westland, faz parte de Te Wahipounamu.





Ambos foram introduzidos pelos colonos no século XIX, o primeiro para servir de predador a outra praga introduzida, os coelhos, e o segundo para o comércio de peles. Antes da chegada do ser humano à Nova Zelândia, os únicos mamíferos em terra seriam algumas espécies de morcego e no mar os golfinhos, as baleias e as focas. Na actualidade, as espécies invasoras matam todos os anos inúmeros animais autóctones, alguns dos quais bastante ameaçados, como o kiwi, ícone nacional e gentílico informal dos neozelandeses. Deste exíguo género de aves, muito numerosas na sua época, restam cerca de 68 mil exemplares que são alvo de um programa de conservação. Segundo o último relatório trienal do Ministério do Ambiente da Nova Zelândia, publicado em 2019, as espécies invasoras constituem um problema ambiental de primeira ordem para a biodiversidade, juntamente com as alterações do uso do solo, a gestão dos recursos hídricos, a poluição, a captura de animais selvagens e as alterações climáticas. “Quase quatro mil das nossas espécies autóctones estão ameaçadas ou em perigo de extinção”, defende o relatório.

A biodiversidade de Aotearoa é, sem dúvida, única: vive aqui uma enorme quantidade de espécies endémicas, insubstituíveis, como a kakapo (*Strigops habroptilus*), “choro nocturno” em maori,

A sudoeste de Christchurch, a maior cidade da Ilha do Sul, encontra-se uma das maravilhas naturais do país: o lago Tékapo, nas encostas dos Alpes Neozelandeses. A cor turquesa esbranquiçada das suas águas deve-se à farinha glacial (rocha moída pelos glaciares) que se encontra em suspensão na água.

declarada ave do ano de 2020 no país; a árvore *Pseudopanax crassifolius*, ou *horoeka* em idioma maori; o weta gigante ou *wetapunga*, uma espécie de gafanhoto nocturno do género *Deinacrida* que pode pesar mais do que uma ratazana; a tuatara, o último réptil da ordem *Sphenodontia*, muito numeroso na época dos dinossauros, ou o golfinho de Maui (*Cephalorhynchus hectori maui*), o mais pequeno do mundo.

Felizmente, apesar das ameaças, a Nova Zelândia continua a ter espaços selvagens com uma beleza exuberante e, em geral, todos os seus habitantes estão conscientes da importância de preservar esse incrível património natural. Os kauris (*Agathis australis*), árvores milenares cujo exemplar mais alto, Tane Mahuta, o Senhor do Bosque, com cerca de dois mil anos de idade e 50 metros de altura, se encontra na floresta de Waipoua, na zona mais meridional da Ilha do Norte, são um emblema da conservação. Enfrentam a ameaça de um esporo exógeno que apodrece as suas raízes, razão pela qual os visitantes devem limpar as solas dos



O Parque Nacional de Tongariro, na Ilha do Norte, abrange cerca de 80 mil hectares e contém três vulcões em actividade. Um deles, o monte Tongariro, entrou em erupção em 2012. A paisagem está sulcada por espectaculares lagos cor de esmeralda, prados alpinos e fontes termais.

seus sapatos à entrada das florestas para evitar que a ameaça ali penetre, colada a elas.

No centro desta ilha, fica o Parque Nacional de Tongariro, o mais antigo do país, reconhecido pela UNESCO como Património Mundial. Esculpida pela actividade vulcânica, esta espectacular paisagem com três vulcões activos simboliza os vínculos espirituais que o povo maori mantém com a natureza e acolhe cerca de cinquenta espécies de aves, como o kiwi-castanho (*Apteryx mantelli*).

Neste recanto do planeta, não abunda apenas a biodiversidade. Os amantes da astronomia têm também aqui locais privilegiados, como a Reserva Internacional Dark Sky Aoraki Mackenzie, perto do lago Tékapo, na Ilha do Sul, onde se encontra o Observatório Mount John, centro de investigação astronómica do país e sede do telescópio MOA.

Existe um conceito maori, que se exprime com a palavra *kaitiakitanga*, que descreve uma forma de habitar o mundo na qual os seres humanos, intrinsecamente vinculados à natureza, devem exercer a tutela e protecção do mundo natural. Actualmente, sob o mandato de Jacinda Ardern, firme defensora do convívio de todos os neozelandeses e também da preservação da natureza, parece que essa característica definidora da cultura maori tem mais possibilidades de prosperar do que nunca. □

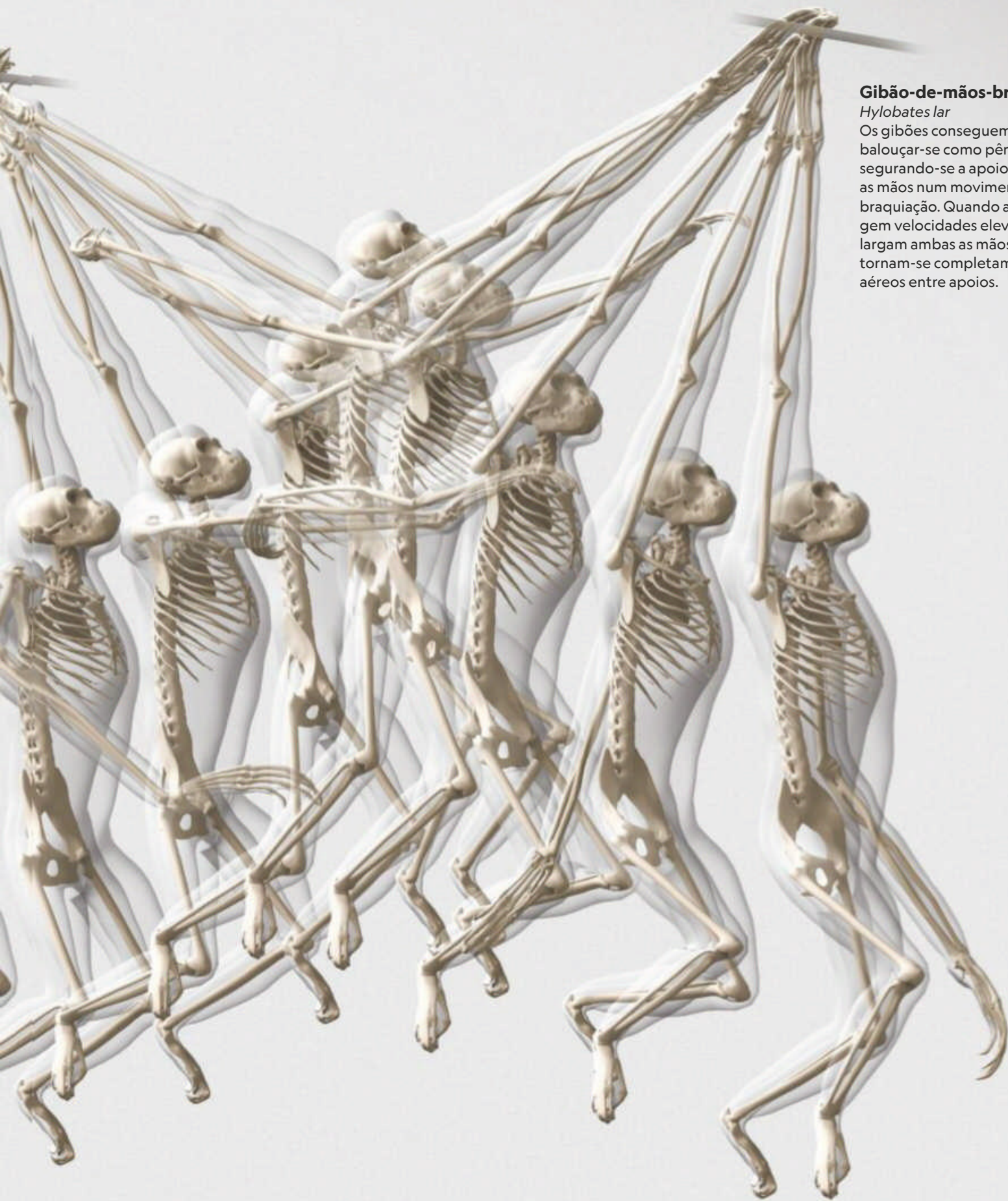




Os animais terrestres desenvolveram várias soluções para enfrentar um único desafio: descobrir a melhor maneira de se deslocarem.

Os modos de locomoção variam bastante, consoante o tamanho e o ambiente em que o animal vive e a necessidade de se afastar rapidamente dos perigos.

CORPOS



Gibão-de-mãos-brancas

Hylobates lar

Os gibões conseguem balouçar-se como pêndulos, segurando-se a apoios com as mãos num movimento de braquiação. Quando atingem velocidades elevadas, largam ambas as mãos e tornam-se completamente aéreos entre apoios.

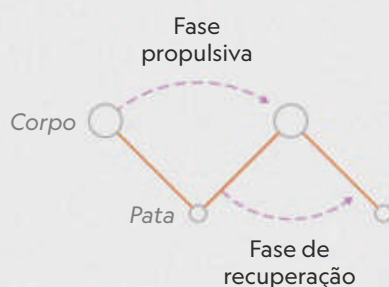
EM MARCHA

TEXTO DE
JASON TREAT,
BRAD SCRIBER
E PATRICIA HEALY

ILUSTRAÇÕES DE
BRYAN CHRISTIE DESIGN

FUNDAMENTOS DO MOVIMENTO

Numa passada completa, um animal terrestre propuliona o corpo em frente, depois volta à posição inicial e recupera impulso para o passo seguinte. Os animais mudam de ritmo variando a ordem pela qual os membros entram em contacto com o solo, bem como a duração e a frequência desses contactos.



BARBATANAS E PATAS

Alguns peixes contemporâneos conseguem deslocar-se em terra, empurrando os corpos com as barbatanas e arrastando-se para a frente. Os membros dos tetrápodes (vertebrados de quatro patas, incluindo os anfíbios) evoluíram a partir das barbatanas de espécies de peixes ancestrais. As patas desenvolveram-se debaixo de água, mas a busca de alimento e de segurança talvez forçasse alguns dos primeiros caminhantes a aventurarem-se em terra firme. A selecção natural levou à diversificação e especialização de braços, pernas, pés e mãos.



“Saltador do lodo gracioso”

Periophthalmus gracilis

Menos requintado do que o seu nome popular em inglês sugere, o “saltador do lodo gracioso” pode usar as barbatanas frontais em terra num tipo de locomoção atabalhoado denominado *crutching* [ou progressão com muletas].



Salamandra-tigre

Ambystoma tigrinum

A transição do ciclo de vida de uma salamandra (da larva aquática ao adulto terrestre com patas afastadas) reflecte uma das formas como a caminhada evoluiu.



SEM PATAS

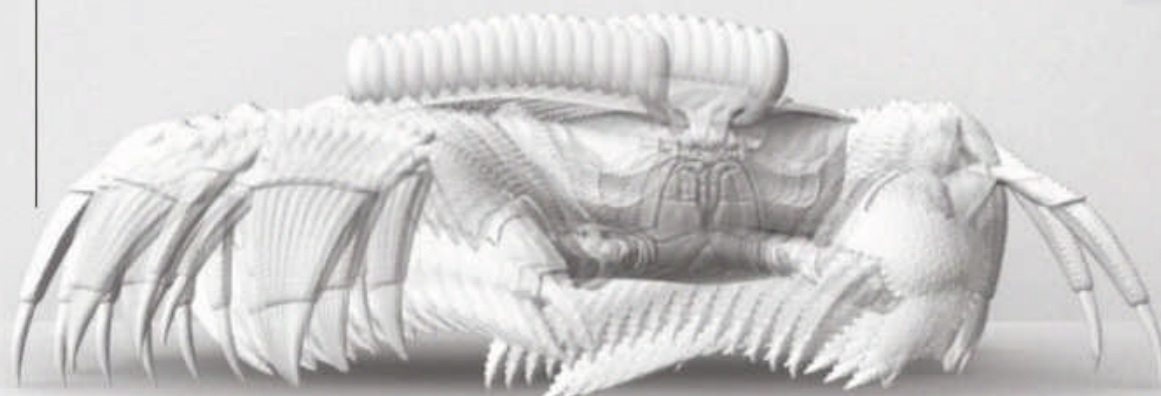
As serpentes usam os músculos da pele e do corpo para se propulsionarem sobre uma grande variedade de superfícies. Algumas técnicas requerem menos fricção e são mais adequadas a terrenos mais planos. Outras usam pontos de contacto ao longo do corpo maleável para empurrarem obstáculos no solo.

MUITAS PATAS

A maioria dos invertebrados distribui o seu peso corporal sobre múltiplas patas, reduzindo a carga sobre cada membro. O movimento exige coordenação, ou mesmo comprimentos de pata variáveis, para que os animais não tropecem nas suas próprias patas.

Passos estáveis

Criaturas com muitas pernas, como as formigas ou os caranguejos, caminham frequentemente de forma alternada, usando metade das patas enquanto as restantes permanecem em contacto com o solo.



Deslocação lateral

Sobre a areia solta, a cabeça levanta-se primeiro e o resto do corpo segue-a, num movimento de chicote.



Serpentina

No movimento mais comum, o corpo segue a cabeça ao longo de uma rota única e serpenteante.



Concertina

Partes da serpente levantam-se, ganhando impulso para que outras possam esticar-se para a frente.



Rectilinear

Os músculos fixam as escamas da parte inferior da barriga ao solo e puxam a serpente ao longo de uma linha recta.

Centopeia

Scutigera coleoptrata

Bamboleia com as patas posteriores, que são mais compridas, para evitar que se emaranhem. Cada passada excede o comprimento total do corpo.



Caranguejo-fantasma

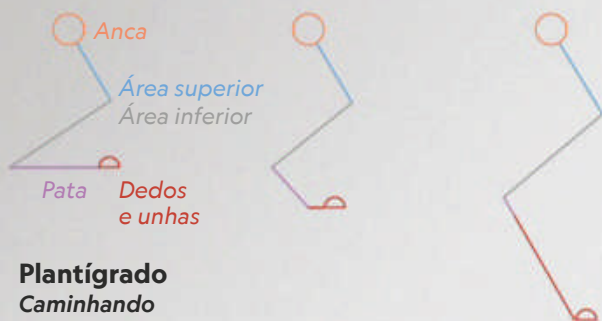
Ocypode quadrata

Os caranguejos-fantasma correm de lado, fazendo pausas frequentes. Isto abranda a acumulação de ácido láctico e permite que percorram maiores distâncias antes de se cansarem.

QUADRÚPEDES

Dos musaranhos velozes aos elefantes pachorrentos, os organismos quadrúpedes são moldados pela física e pela fisiologia. Os animais de maior porte têm músculos mais potentes, mas os seus esqueletos têm de suportar mais peso. Os animais de menor porte costumam deslocar-se mais depressa, mas consumindo a energia com menor eficiência.

MEMBROS INFERIORES



Plantígrado **Caminhando**

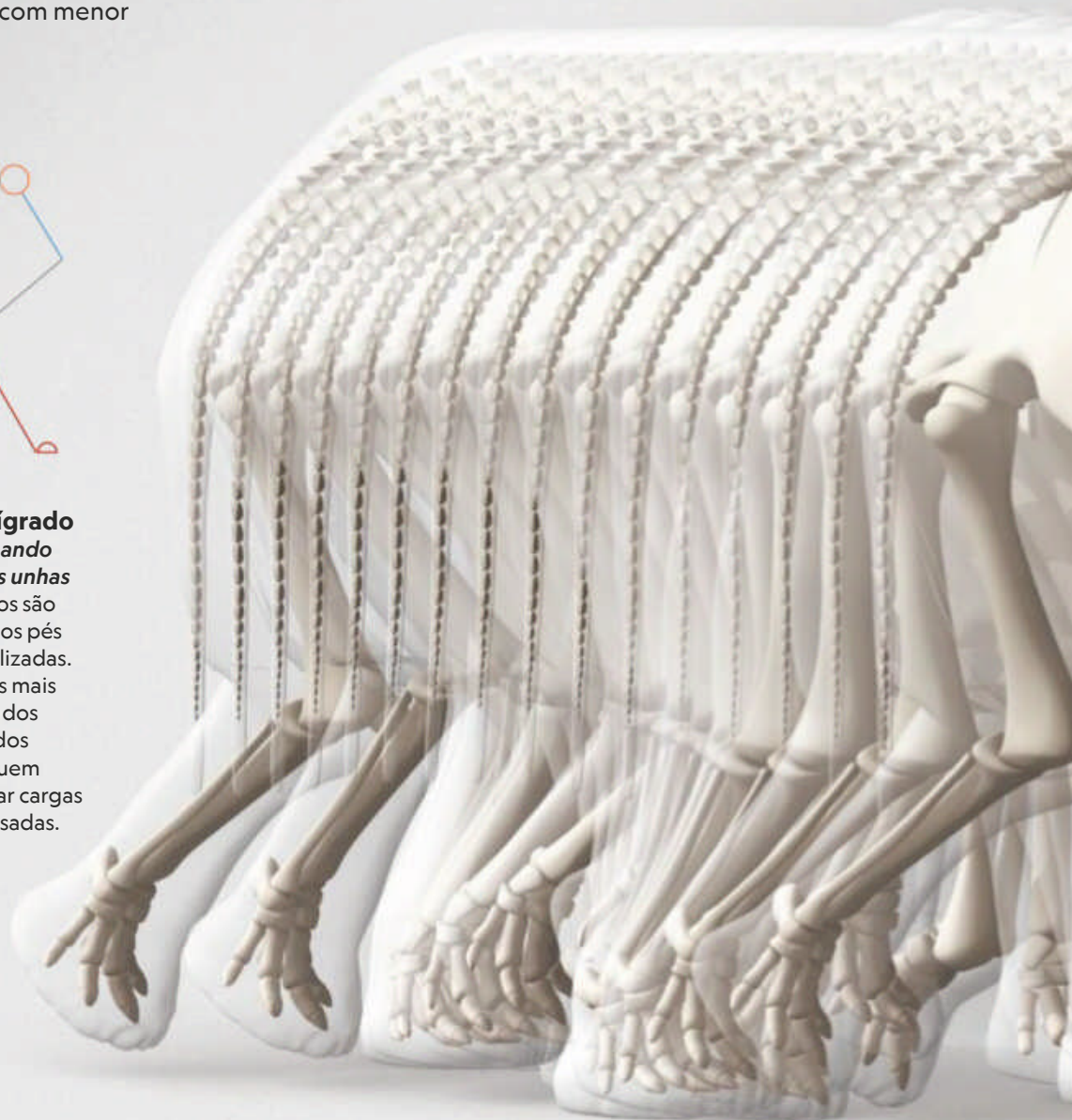
sobre as patas
Utiliza a totalidade da superfície da pata, mas os ossos superiores das patas flectidas suportam mais força.

Digitígrado **Caminhando**

sobre os dedos
Muitos predadores deslocam-se sobre os dedos, com os calcanhares permanentemente levantados, o que lhes confere potência e velocidade.

Ungulígrado **Caminhando**

sobre as unhas
Os cascos são ossos dos pés especializados. As patas mais direitas dos ungulados conseguem aguentar cargas mais pesadas.



Chita

Acinonyx jubatus

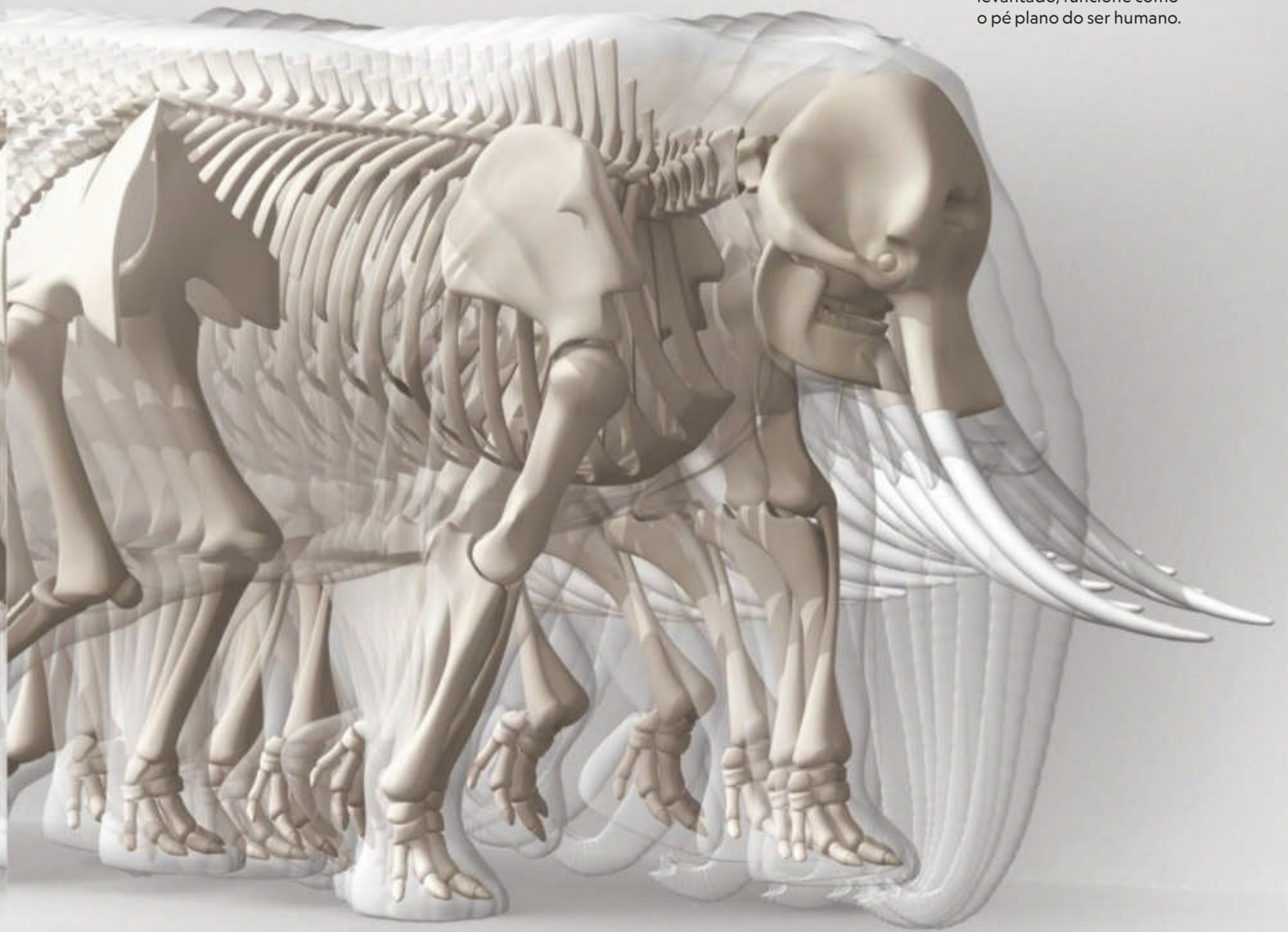
Uma coluna vertebral flexível, que se arqueia e estica, confere às chitas a sua passada extremamente longa. As caudas leves e peludas e as garras afiadas garantem estabilidade nas curvas.



Elefante-africano

Loxodonta africana

Titãs caminhando em bicos dos pés, os elefantes conseguem andar depressa, mas não andam a trote nem a galope. Uma almofada atrás dos dedos permite que a estrutura óssea digitigrada, com o calcanhar levantado, funcione como o pé plano do ser humano.



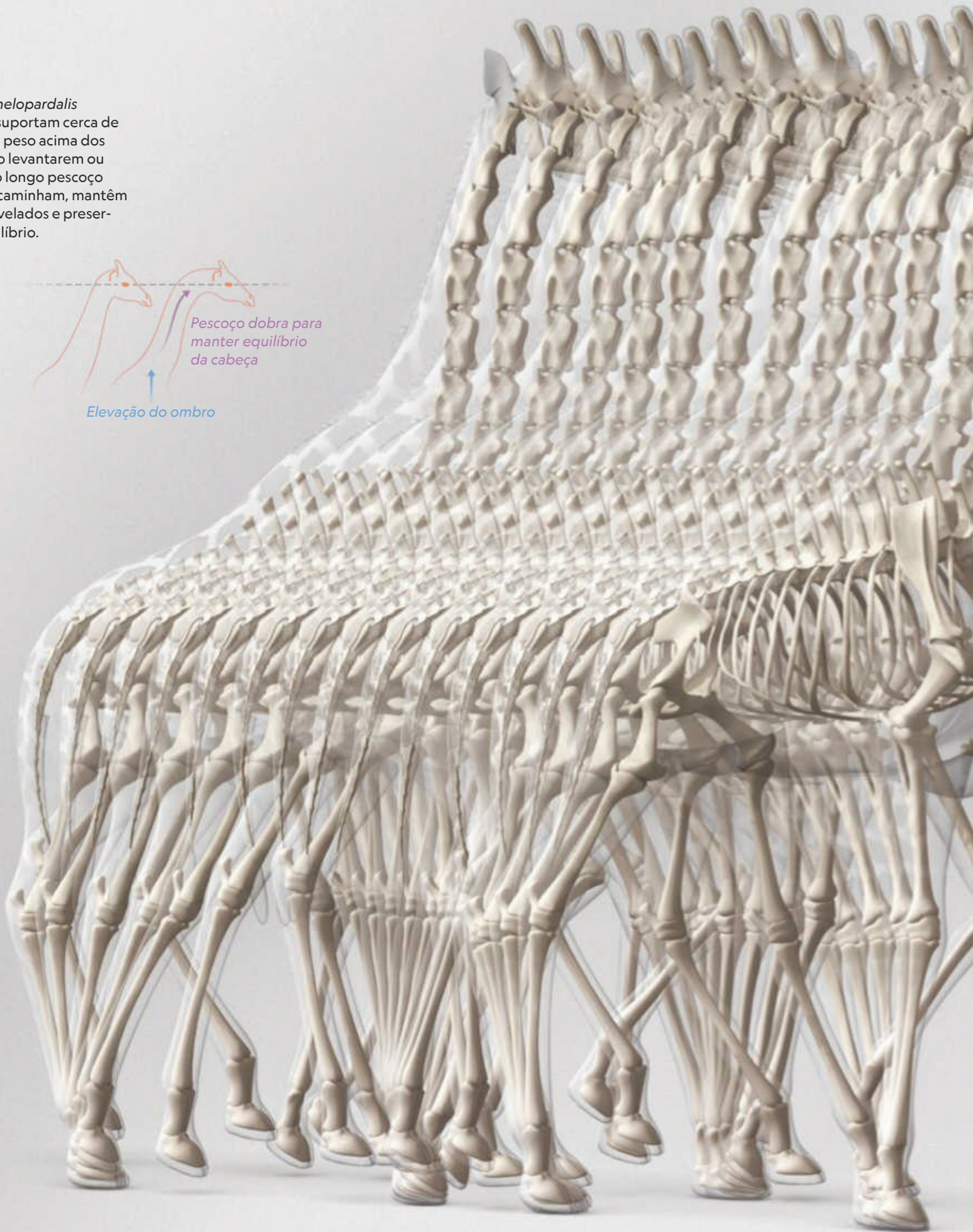
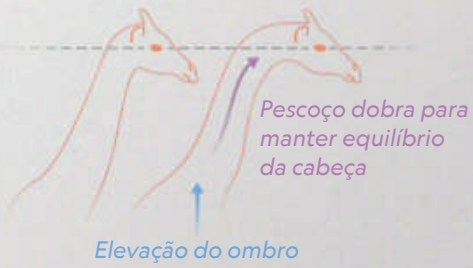
Velocidade máxima de cinco mamíferos terrestres



Girafa

Giraffa camelopardalis

As girafas suportam cerca de 10% do seu peso acima dos ombros. Ao levantarem ou baixarem o longo pescoço enquanto caminham, mantêm os olhos nivelados e preservam o equilíbrio.



Lagarto-de-cauda-de-zebra

Callisaurus draconoides

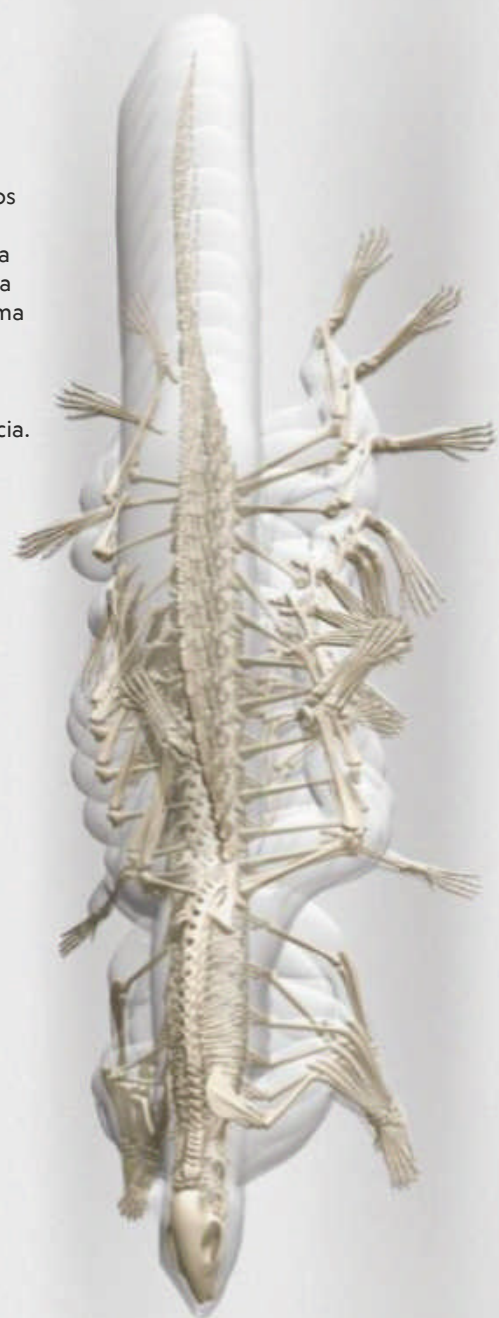
Todos os lagartos flectem os corpos lateralmente, alongando as passadas das quatro patas. No entanto, este lagarto consegue esticar os tornozelos e correr sobre os dedos, percorrendo 50 distâncias corporais por segundo.



Esquilo-cinzento

Sciurus carolinensis

Quando descem, os esquilos giram as patas posteriores ao nível dos tornozelos para que os dedos apontem para cima e as garras fiquem numa posição capaz de suportar o seu peso. O facto de os membros serem afastados também melhora a aderência.



Tartaruga-de-esporas-africana

Centrochelys sulcata

Animais herbívoros com carapaças defensivas rígidas, as tartarugas preferem a estabilidade à velocidade. Podem subir encostas íngremes e as suas patas bem afastadas impedem-nas de capotar, ao caírem.



Ser humano

Homo sapiens

Mais eficientes a caminhar do que a correr, as pernas humanas funcionam como pêndulos invertidos. Parte de cada passo usa o impulso e a gravidade para deslocar o corpo em frente.

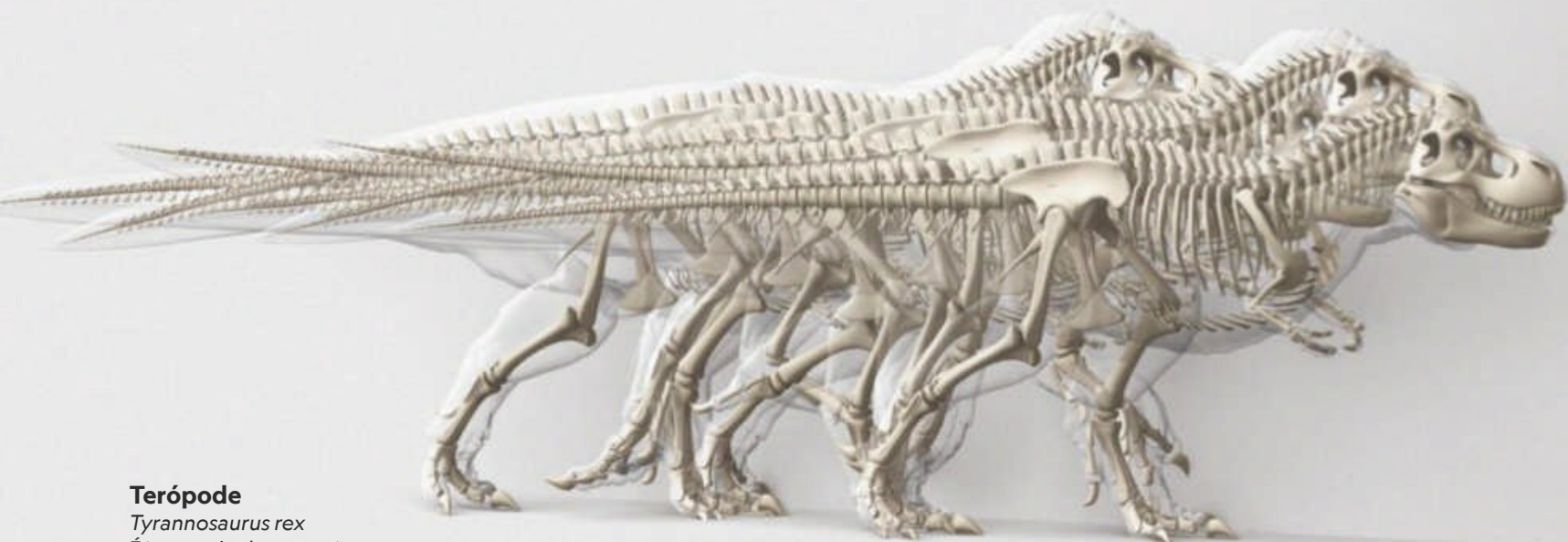


BIPEDISMO

Os seres humanos e as aves usam os membros anteriores para segurar objectos ou voar, mas dependem dos posteriores para caminhar. Outros animais são bípedes apenas quando precisam. Os cangurus comem na posição pentapedal (utilizando as quatro patas e a cauda), mas saltam apenas sobre os membros posteriores quando querem ganhar velocidade.



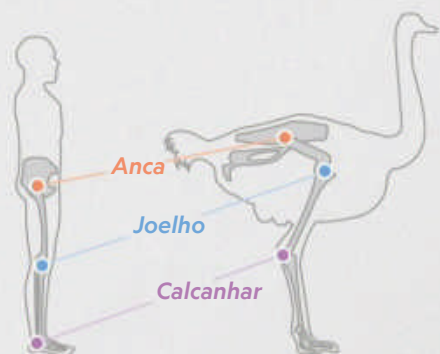
FONTES: PARVEZ ALAM, UNIVERSIDADE DE EDIMBURGO; MIRIAM A. ASHLEY-ROSS, UNIVERSIDADE DE WAKE FOREST; ANDREW BIEWENER, UNIVERSIDADE DE HARVARD; S. TONIA HSIEH, UNIVERSIDADE TEMPLE; JOHN HUTCHINSON, COLÉGIO REAL DE VETERINÁRIA, UNIVERSIDADE DE LONDRES; BRUCE JAYNE, UNIVERSIDADE DE CINCINNATI; MELISSA MERRICK E JOHN KOPROWSKI, UNIVERSIDADE DO ARIZONA; SCOTT STAHL, SERVIÇOS STAHL DE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS EXÓTICOS; NAOMI WADA, UNIVERSIDADE YAMAGUCHI



Terópode

Tyrannosaurus rex

É improvável que os tiranossauros conseguissem correr depressa. Os seus músculos eram demasiado pequenos e a carga dos seus corpos, com várias toneladas, teria partido os ossos das patas.



Avestruz

Struthio camelus

O calcânhar da avestruz iguala em altura o joelho humano. Músculos maiores em torno de fêmures mais curtos e ossos mais compridos e leves no resto da pata contribuem para que a avestruz possa dar passos grandes e rápidos.



Canguru-vermelho

Macropus rufus

Graças a um tendão de Aquiles elástico, que armazena e liberta energia a cada salto, os cangurus são capazes de aumentar a velocidade sem gastarem mais calorias.

TEXTO DE YUDHIJIT BHATTACHARJEE

FOTOGRAFIAS DE SMITA SHARMA

VIDAS ROUBADAS

O TRÁFICO SEXUAL É UM FLAGELO MUNDIAL QUE ENREDA MILHÕES DE CRIANÇAS. CONTA-SE AQUI A FORMA COMO DUAS RAPARIGAS CHEIAS DE SONHOS – UMA DA ÍNDIA, OUTRA DO BANGLADESH – SE VIRAM ENVOLVIDAS À FORÇA NA PROSTITUIÇÃO.


Nota de reportagem: Para proteger a privacidade das raparigas traficadas e cumprir a legislação indiana que regula a identificação das vítimas de crimes sexuais, não revelamos as suas identidades, nem as dos seus familiares. Fotografámo-las de maneira a obscurecer os seus rostos e alterámos algumas imagens, de modo a ocultar características diferenciadoras. Atribuímos pseudónimos às duas protagonistas desta reportagem.

Depois de uma discussão com a mãe, R. deixou a sua casa perto de Calcutá, na Índia. Numa estação de comboio, conheceu alguns homens que a enganaram e a conduziram a um bairro da luz vermelha da cidade.

Muitas raparigas traficadas na adolescência passam o resto das suas vidas em bordéis. R. foi resgatada antes de ser vendida a um deles. Foi acolhida no Sneha, um abrigo gerido por uma organização sem fins

lucrativos chamada Sanlaap, que prepara as vítimas para reconstruírem as suas vidas. R., actualmente adulta, e algumas das outras raparigas referidas na reportagem, foram fotografadas no abrigo Sneha.





Anjali tinha 16 anos quando se apaixonou por um homem que a convenceu a fugir de casa, no estado indiano de Bengala Ocidental, com promessas de casamento. Em vez disso, ele é um cúmplice

venderam-na a um bordel em Mahishadal, perto da cidade industrial de Haldia. Chegou a ser obrigada a ter relações sexuais 20 vezes por dia, até ser resgatada. Durante mais de um ano,

viveu no abrigo Sneha, com outras raparigas que compreendiam a sua angústia. Hoje é adulta e vive com a mãe, que gostaria que ela se casasse, mas Anjali jura que nunca mais se apaixonará.



Aos 12 anos, S. saiu de sua casa em Narayanganj, no Bangladesh, com um conhecido da família que prometera arranjar-lhe trabalho em Dhaka. Foi entregue a outro homem que a traficou para o estado de Bengala

Ocidental, vendendo-a em seguida a um bordel em Bombaim. S. viveu escravizada durante dois anos até a polícia a libertar e enviá-la para um abrigo. Seis meses mais tarde, conheceu uma mulher

que disse que a levaria de volta ao Bangladesh. Em vez disso, porém, vendeu-a a um bordel em Namkhana, em Bengala Ocidental. S. foi de novo resgatada e conduzida ao abrigo Sneha. Hoje é adulta.





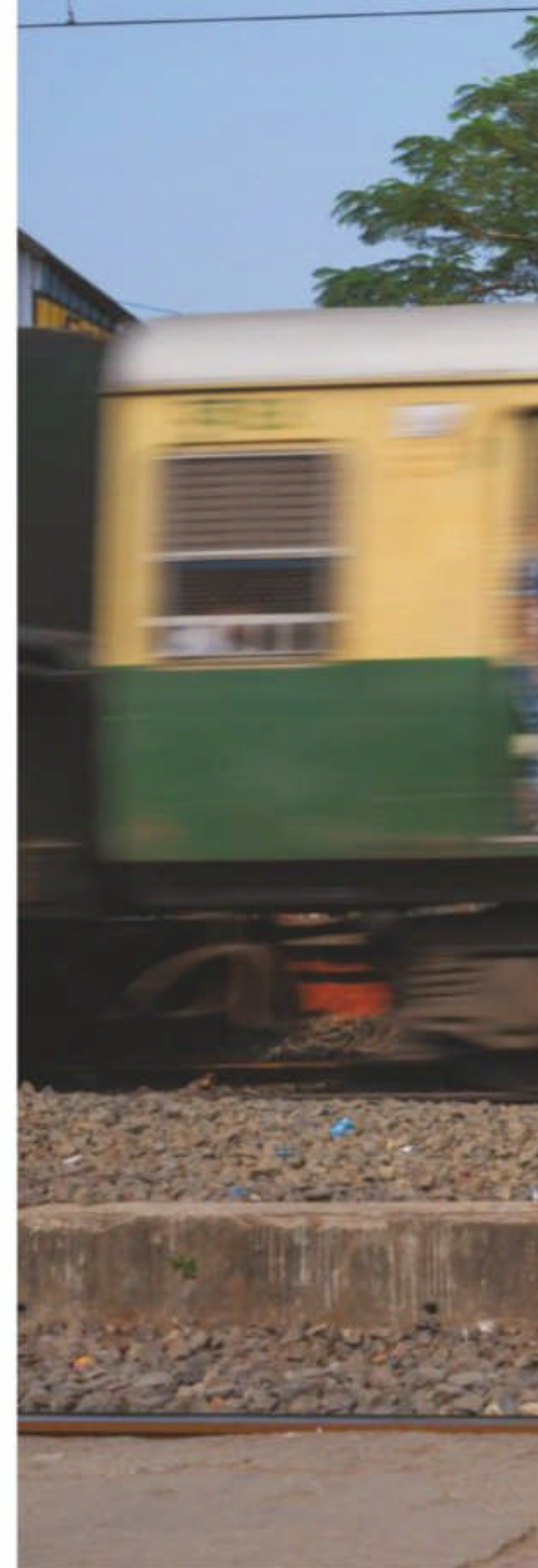
Antes de serem vendidas ao mesmo bordel, Sayeda e Anjali eram adolescentes típicas. Cresciam em circunstâncias semelhantes a poucas centenas de quilômetros uma da outra: Sayeda na cidade de Khulna, no Bangladesh, e Anjali em Siliguri, em Bengala Ocidental, na Índia.

Alimentavam as aspirações das adolescentes de todo o mundo: queriam escapar ao controlo dos pais, encontrar o amor, concretizar os seus sonhos. Tinham uma visão ingénua do mundo e não conseguiam imaginar as crueldades que este lhes reservava.

Sayeda passou grande parte da infância sozinha. A mãe tinha de levantar-se cedo para trabalhar, limpando lojas. O pai de Sayeda era condutor de riquexó, transportando passageiros a troco de algumas moedas. Aluna com dificuldades académicas, Sayeda abandonou a escola antes da adolescência.

Extrovertida e de espírito livre, Sayeda tinha um sorriso fácil e fazia amigos com facilidade. Gostava sobretudo de dançar. Quando os pais estavam fora, observava as sequências de dança nos filmes da televisão em hindi e bengali, imitando as coreografias.

Sayeda era linda, com um rosto de feições delicadamente definidas e olhos amendoados e gostava de



Na companhia da sua prima, M., actualmente com 18 anos, espera por um comboio que as levará a South 24 Parganas, uma zona pobre em Bengala Ocidental, onde a incidência do tráfico é elevada. Um homem que M. conheceu numa aula vendeu-a a um bordel em Deli. Ela conseguiu telefonar ao pai e foi resgatada pela polícia, com a ajuda de uma organização sem fins lucrativos chamada Shakti Vahini.



maquilhar-se. Começou a trabalhar em salões de beleza, aprendendo vários cortes de cabelo, tratamentos de pele e cosmética. Preocupados por ela chamar muito a atenção dos rapazes, os pais casaram-na aos 13 anos. Embora ilegal, o casamento infantil é vulgar em grande parte da Ásia Austral. O marido escolhido para Sayeda pelos pais era abusivo e ela regressou a casa da família.

De volta a casa, Sayeda implorou à mãe que a deixasse matricular-se numa academia de dança. “Vou conseguir actuar em espectáculos e ganhar algum dinheiro”, disse. A mãe assentiu e Sayeda começou a dançar em casamentos e outros eventos. Foi então que Sayeda se envolveu romanticamente com um rapaz que costumava visitá-la na academia. Ele disse-lhe que iria levá-la para a Índia, onde ela poderia ganhar muito mais dinheiro como bailarina. Sayeda decidiu fugir de casa com ele.

Anjali, uma rapariga graciosa de olhos coruscantes e maçãs do rosto altas, tinha razões semelhantes às de Sayeda para querer fugir de casa. A família vivia num bairro de lata, numa casa improvisada. Criada sobretudo pela mãe, que trabalhava como empregada doméstica, ela e a irmã eram tão pobres que disputavam entre si o pouco material escolar que conseguiam comprar. Aos 13 anos, Anjali abandonou a escola, uma circunstância normal para muitas crianças de famílias pobres da Índia. Começou a trabalhar numa fábrica, embalando refeições ligeiras.

Reservada por natureza, Anjali não tinha muitos amigos. Em casa, a sua confidente era uma cabrinha bebé que adoptara e a seguia por toda a parte, mordiscando a sua comida durante as refeições e deitando-se com ela na cama à noite.

Na fábrica, Anjali travou conhecimento com um jovem que a encantou com palavras sedutoras. Anjali sabia que a mãe andava à procura de um possível noivo para ela, mas decidiu que queria ficar com o homem de quem gostava. Por isso, numa noite de Outubro de 2016, durante o Durga Puja, uma festividade hindu, Anjali esgueirou-se para fora de casa e apanhou o autocarro até uma estação de caminhos-de-ferro para se encontrar com o seu namorado. Para surpresa de Anjali, ele estava acompanhado por outro jovem, mas ela embarcou no comboio para Calcutá com os dois.

Procurando desesperadamente Anjali nessa noite, a mãe percebeu que ela já planeava a fuga há algum tempo. Nos dias que antecederam o desaparecimento, os vizinhos ouviram-na falar com a cabra, dizendo-lhe: “E agora? Quem vai tomar conta de ti quando eu me for embora?”

DE TODAS AS DEPRAVAÇÕES que afligem a humanidade, a mais chocante é a escravização de crianças para prazer sexual. Como sucede com a maior parte das actividades criminosas, a escala desta atrocidade

Segundo uma estimativa, 50 mil raparigas são traficadas do Bangladesh para a Índia todos os anos.

é impossível de determinar, mas não há qualquer dúvida de que o tráfico sexual de menores é uma indústria bilionária que abarca todo o planeta.

De acordo com um estudo frequentemente citado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de um milhão de crianças foram vítimas de exploração sexual em 2016. Devido à dificuldade de detectar a prostituição infantil, o relatório reconheceu que o número efectivo será provavelmente muito superior. O mais recente Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas, publicado pelo Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e o Crime, apurou que o número de vítimas de tráfico comunicado pelos países cresceu de menos de 15 mil em 2010 para quase 25 mil em 2016. A estatísticas abrangem apenas uma fracção do número real de vítimas, que, na sua maioria, não são detectadas. O aumento talvez reflecta um

reforço da aplicação da lei, mas, na opinião dos investigadores, reflecte mais provavelmente uma realidade mais sinistra: o tráfico de seres humanos, incluindo o tráfico de crianças para prostituição, está a aumentar.

“Trata-se de uma indústria em crescimento”, afirma Louise Shelley, professora de políticas públicas na Universidade George Mason e autora do livro “Human Trafficking: A Global Perspective”.

Não há praticamente nenhum país que escape ao flagelo do tráfico sexual de crianças, mas algumas regiões do planeta emergiram como centros deste comércio ilícito. Uma das que têm sido especialmente assoladas é esta região onde Sayeda e Anjali cresceram – o estado indiano de Bengala Ocidental e o seu vizinho Bangladesh. Divididos por uma fronteira internacional com 2.250 quilómetros de extensão, mas unidos por um património cultural e linguístico comum, as duas regiões partilham o infortúnio de ver milhares de raparigas vendidas como escravas sexuais todos os anos.

O número efectivo é desconhecido, mas os valores documentados ou estimados, embora imperfeitos, apontam para uma elevada incidência de tráfico. Segundo o Gabinete Nacional de Registo Criminal da Índia, a região de Bengala Ocidental representa quase um quarto dos 34.908 casos de tráfico de seres humanos documentados no país entre 2010 e 2016, uma percentagem assustadora para um estado que contém cerca de 7% da população indiana. Só em 2017 foram dadas como desaparecidas em Bengala Ocidental 8.178 crianças, quase um oitavo do total registado na Índia nesse ano. Uma quantidade significativa destas raparigas foi, quase certamente, vendida a bordéis. A situação talvez seja pior no Bangladesh: segundo uma estimativa do governo, 50 mil raparigas são todos os anos traficadas do país para a Índia, ou rumo a outros destinos, passando através da Índia – um número que não inclui as raparigas vendidas como prostitutas no próprio Bangladesh.

Além de um destino, Bengala Ocidental é também um local de origem das raparigas traficadas para prostituição. Na longa fronteira com o Bangladesh, bem como nos 96 quilómetros adjacentes ao Nepal, há muitos troços sem guarda, o que permite aos traficantes contrabandear as raparigas. Algumas acabam por ir parar ao *red light district* de Calcutá, uma metrópole com mais de 14 milhões de habitantes. Outras são vendidas a bordéis noutros pontos da Índia ou no Médio Oriente. Na Índia, o trabalho sexual com fins comerciais não é interdito, mas muitas actividades relacionadas

Crime oculto

Não se conhece com clareza a dimensão completa do tráfico de seres humanos na Índia e no mundo. No entanto, em 2016, figuravam na lista do Gabinete Nacional de Registo Criminal da Índia 4.911 raparigas classificadas como traficadas. Mais de metade dessas raparigas eram originárias de Bengala Ocidental, onde vive cerca de 7% da população da Índia. Muitos casos nunca chegam a ser registados.

Percentagem de raparigas traficadas em 2016, por estado



com o negócio, incluindo o proxenetismo ou a gestão de bordéis, são ilegais, bem como o aliciamento de crianças para a prostituição.

A principal causa desta tragédia é a pobreza generalizada da região, incluindo um dos maiores bairros da Índia, o South 24 Parganas. Há quadrilhas que se aproveitam das raparigas de famílias pobres, explorando a sua miséria e outras vulnerabilidades. “Se eu for um traficante... tenho de descobrir se a rapariga passa fome e precisa de um emprego ou se está interessada em namorar”, afirma Tapoti Bhowmick, da Sanlaap, uma organização sem fins lucrativos sediada em Calcutá que ajuda vítimas do tráfico. Para as raparigas pobres, a promessa de luxos pode surtir um efeito hipnótico. “Elas desejam o tipo de vida que vêem na televisão, nas telenovelas”, explica.

Os adolescentes e homens novos que trabalham para estes grupos organizam, por vezes, casamentos fingidos e até vivem com as raparigas durante algum tempo. “Se o rapaz tiver gastado 20 mil rupias para seduzir a rapariga, conseguirá vendê-la por 70 mil”, afirma Tapoti. O lucro é substancial: cerca de 536 euros, a mesma quantia auferida numa fábrica por cinco meses de trabalho.



Os traficantes beneficiam da rede complexa de rios que torna a fronteira meridional entre a Índia e o Bangladesh difícil de patrulhar.

Nos últimos anos, em Bengala Ocidental e noutras regiões, patrulhas policiais antitráfico intensificaram os esforços destinados a descobrir e a resgatar as raparigas vendidas a bordéis, mas estão assoberbadas de trabalho. “Sempre que uma criança desaparece, temos de garantir que a polícia inicia de imediato uma investigação”, afirma Rishi Kant, co-fundador da Shakti Vahini, uma organização sem fins lucrativos que já ajudou a libertar centenas de vítimas.

A Sanlaap e outras organizações sem fins lucrativos gerem programas de reabilitação para estas raparigas, na esperança de conseguirem voltar a juntá-las às suas famílias, superando o estigma social e construindo vidas aceitáveis para si. Segundo Rishi Kant, porém, os governos estaduais precisam de ser mais activos no apoio concedido às vítimas resgatadas. “Elas deveriam poder ter uma vida como a minha e a sua”, diz.

O tráfico acontece a uma escala de tal forma gigantesca que a solução exige uma resposta muito mais substantiva e sustentada por parte dos organismos responsáveis pela aplicação da lei, talvez criando uma agência nacional exclusivamente centrada na investigação dos casos de tráfico.





Em Calcutá, uma multidão celebra o Durga Puja, a festa religiosa mais popular de Bengala Ocidental. Com a duração de nove dias, este feriado hindu cria oportunidades para as raparigas se encontrarem livremente com os rapazes. Sabe-se que os traficantes tiram partido destas multidões para identificarem potenciais vítimas e montar-lhes armadilhas.

A mãe de Sayeda segura o sari favorito da filha, na sua casa em Khulna, no Bangladesh. O pai de Sayeda ofereceu-lho durante o Eid al-Fitr, o feriado que assinala o fim do Ramadão. Foi o último que a família celebrou junta. Aos 14 anos, Sayeda fugiu de casa com um rapaz que a vendeu a um bordel em Mahishadal. Durante três anos, foi espancada e obrigada a ter relações sexuais. Sayeda foi resgatada e enviada para o abrigo Sneha, mas não chegou a regressar a casa.



NO DIA EM QUE SAYEDA SAIU DE CASA, o rapaz com quem fugiu levou-a de Khulna num autocarro até uma cidade na fronteira com a Índia. Chegando de noite, atravessaram a pé uma floresta até à margem de um rio. O rapaz subornou um polícia e os dois entraram numa embarcação que os conduziu à outra margem. Estavam na Índia.

Ficaram numa casa ao pé do rio. Ali, Sayeda encontrou outra rapariga que também viera do Bangladesh e ficou desconfiada. Sayeda confrontou o namorado e ele disse-lhe que ela iria trabalhar num bordel. Quando ela se recusou a fazê-lo, ele disse-lhe: “Mato-te e atiro o teu corpo ao rio.”

Sayeda não sabia a quem recorrer para pedir ajuda. Entrara ilegalmente na Índia e não via maneira de se dirigir à polícia. “Tive tanto medo que concordei”, contou. “Disse-lhe que trabalharia como bailarina, mas não faria mais nada.”

O rapaz vendeu-a a um bordel em Mahishadal, um subúrbio de Haldia, em Bengala Ocidental, cerca de 60 quilómetros a sudoeste de Calcutá. Uma dúzia de raparigas que estiveram cativas neste bordel, incluindo Sayeda e Anjali, conversaram comigo. Esta reportagem baseia-se nessas entrevistas. Todas as raparigas contaram histórias semelhantes sobre o seu cativo.

O bordel, um dos vários estabelecimentos do mesmo género localizados ao longo de uma auto-estrada, era um hotel de dois pisos chamado Sankalpa, com cerca de 24 pequenos quartos e uma pista de dança. Segundo as raparigas, era dirigido por um homem chamado Prasanta Bhakta. Não consegui contactá-lo e o seu advogado não quis fazer comentários.

Sayeda, então com 14 anos, achava que conseguiria apenas dançar para os clientes. Segun-



do me contou, Bhakta fez-lhe desaparecer essa ideia de imediato, violando-a. As outras raparigas disseram a Sayeda que aquela era a maneira de ele avaliar quanto dinheiro poderia cobrar aos clientes por terem relações sexuais com elas. As recém-chegadas como Sayeda, por se considerar que estavam mais próximas da virgindade, eram as mais caras: 500 rupias (cerca de 5,5 euros).

As raparigas contaram que Bhakta as obrigava a ingerir bebidas alcoólicas, para as tornar mais dóceis. Embora resistisse, Sayeda descobriu que a embriaguez a ajudava a lidar com o trauma de ser uma escrava sexual. Começou a beber consideravelmente. “Era assim que conseguia passar o tempo, bebendo muito ao longo do dia”, contou.

Sayeda já lá estava há dois anos quando Anjali, então com 16 anos, foi vendida ao bordel. O homem com quem Anjali esperara casar-se e o ou-

tro jovem tinham-na conduzido a Calcutá e dali a Mahishadal. O companheiro do namorado comprou-lhe sabonete, champô, um pente e maquiagem. Mandou-a arranjar-se, dizendo-lhe que, nessa noite, iria levá-la a conhecer alguém.

Quando entraram num quarto fracamente alumiado, começou a sentir-se angustiada. Disseram-lhe que era um hotel e que iria trabalhar lá. “Que tipo de trabalho?” perguntou Anjali, começando a entrar em pânico. Quando lhe explicaram, os seus olhos encheram-se de lágrimas.

Anjali percebeu que qualquer resistência seria inútil. As raparigas disseram-me que tinham um medo aterrador de Bhakta, afirmando que ele as espancava selvaticamente ou as queimava com um cigarro quando não lhe obedeciam.

Para as raparigas, o bordel era uma prisão. O portão da vedação que circundava o edifício e a porta principal estavam sempre fechados à chave ou vigiados por guardas. As raparigas só eram autorizadas a sair à meia-noite, para comerem no restaurante em frente, escoltadas por um guarda idoso. Ele inventava alcunhas para as raparigas e

As raparigas tomavam analgésicos para aguentarem o tormento físico, mas o sofrimento emocional era inevitável.

brincava com elas, trazendo um toque de gentileza à realidade sinistra das suas vidas.


Os clientes entravam, de noite e de dia, e as raparigas chegavam a ser violadas 20 vezes por dia. Tomavam analgésicos para aguentarem o tormento físico, mas o sofrimento emocional era inevitável. “Tínhamos muita vergonha quando apareciam clientes que eram homens velhos, mais velhos do que os nossos pais”, disse Anjali.

Ligadas pelo trauma de terem sido traficadas e pelo horror diário da sua existência brutal, as raparigas encontraram apoio uma na outra. Anjali, silenciosa e tímida, não poderia ser mais diferente de Sayeda, tão exuberante quando se embriagava que, por vezes, dava pontapés nos clientes. Apesar do contraste entre as suas personalidades, ou talvez por isso mesmo, tornaram-se amigas. *(Continua na pg. 59)*



Uma embarcação da polícia de Bengala Ocidental patrulha o rio Hooghly nas Sundarbans, uma zona húmida que abrange a fronteira meridional entre a Índia e o Bangladesh. Os traficantes usam frequentemente os rios para evitarem a detecção quando contrabandeiam raparigas para a Índia.





As irmãs Z. e B., actualmente adultas, foram traficadas por um parente no início da adolescência, sendo levadas de Dhaka para um bordel em Mahishadal. B. engravidou aos 15 anos e foi obrigada a fazer um aborto. Por se recusar frequentemente a ter relações sexuais, o dono obrigava a irmã a espancá-la com um cinto. "Era a coisa mais dolorosa", afirmou Z., pior do que fazer sexo com 20 clientes por dia.

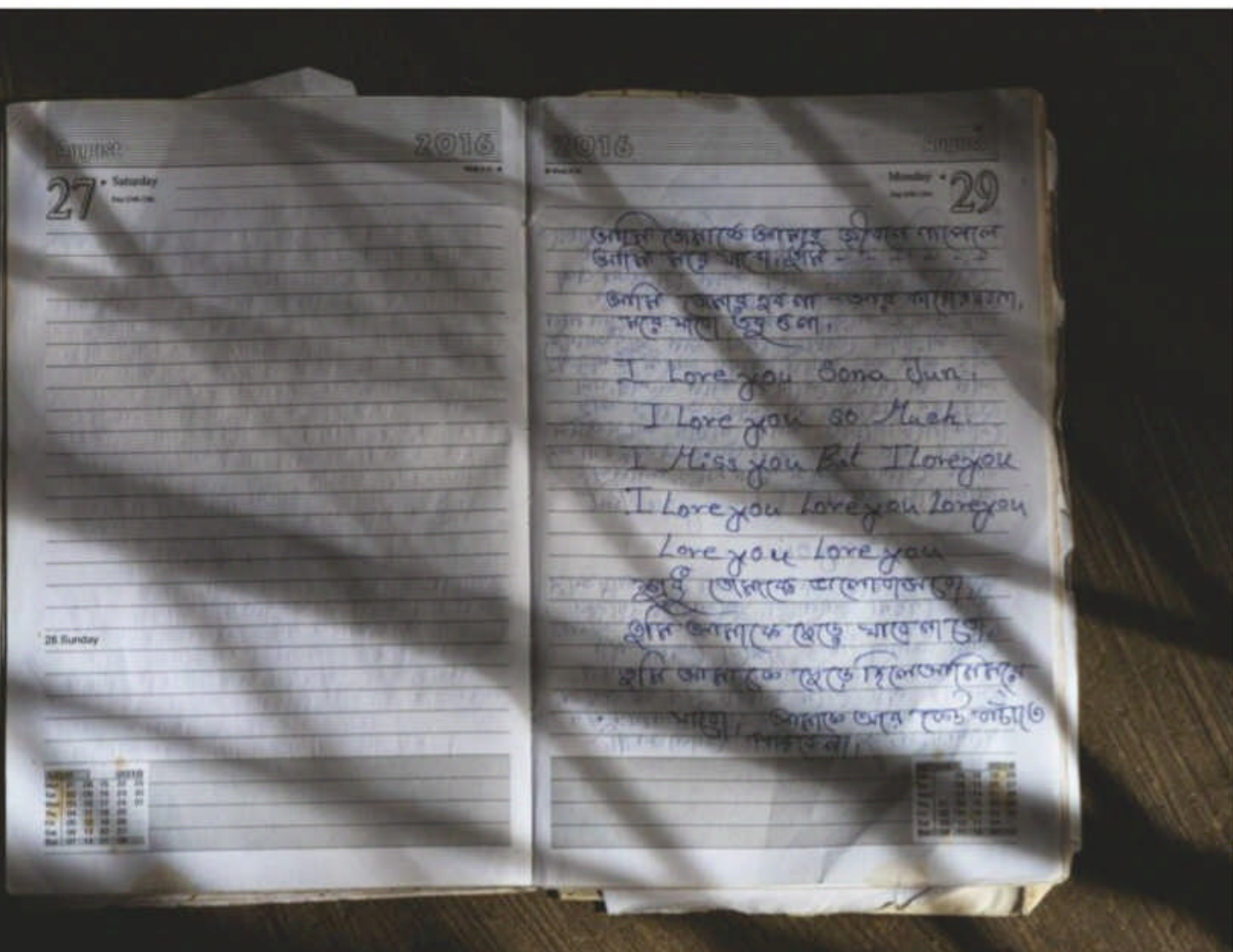


À DIREITA

C., hoje uma adulta jovem, é confortada pela mãe depois de se reunir com a família em South 24 Parganas. Ao ler excertos do seu diário, a família percebeu que ela fugira com um homem com quem travara conhecimento. Meses mais tarde, a polícia resgatou-a de um bordel em Pune.

EM BAIXO

O diário de C. fornece vislumbres da paixão da adolescente, aproveitada pelo homem que a traficou. As suas palavras em bengali dizem: "Se não te tiver na minha vida, morrerei. Se não for tua, não serei de mais ninguém."





De vez em quando, havia rusgas da polícia, mas, segundo as raparigas, Bhakta e o seu pessoal pareciam sempre ter conhecimento delas com antecedência. Faziam as raparigas sair à pressa pela porta das traseiras antes de a polícia chegar. No entanto, numa certa tarde de Abril de 2017, uma patrulha da polícia fez uma rusga ao bordel e a outro mesmo ao lado, sem que Bhakta fosse avisado. A polícia deteve-o, juntamente com mais 12 pessoas, ao abrigo da legislação que proíbe o tráfico e a exploração sexual de crianças. Anjali, Sayeda e outras 18 raparigas e mulheres foram resgatadas. Estavam livres, mas ainda não livres de regressarem a casa.

SAYEDA E ANJALI tinham 17 anos quando as conheci em Sneha, um abrigo gerido pela Sanlaap em Narendrapur, um subúrbio de Calcutá – onde, em tempos, fui repórter de crime. Tinham chegado pouco antes, na companhia de mais dez raparigas resgatadas em Mahishadal. Todas aceitaram conversar comigo.

Um supervisor conduziu-as a uma sala grande e sem mobília, onde eu as aguardava com um representante da Sanlaap. Sentámo-nos em cír-

culo. Quando começámos a conversa em bengali (o idioma que aprendi com a minha família em criança), as raparigas sentiram-se mais à vontade.

Sayeda, sentada à minha direita, era a mais conversadora. Descreveu a forma como o pessoal mantinha uma vigilância rigorosa sobre as raparigas e como o dono do bordel, Bhakta, as espancava rotineiramente.

“Só parava quando via sangue”, interrompeu Anjali, sentada ao lado de Sayeda.

“Costumava dizer-nos: se não forem para a cama pelo menos com dez clientes por dia, dou-vos uma sova”, relatou Sayeda.

Voltando-me para Anjali, ela contou-me que fora traficada pelo namorado. “Ele disse-me que queria casar-se comigo”, contou, envergonhada. As outras raparigas riram-se. Pareceu-me que estavam a ser indelicadas, mas, ao longo das nossas conversas, apercebi-me de que não estavam a rir-se de Anjali, mas sim a rir-se com ela. As suas histórias eram semelhantes.

Quando regresssei ao abrigo na manhã seguinte, perguntei se Sayeda e Anjali estariam dispostas a conversar comigo outra vez, já que tinham sido as mais participativas. As duas contaram-me os horrores sofridos por ambas, com um desapego que me pareceu angustiante. Sem saber ao certo como conseguir que me descrevesse os seus sentimentos relativamente a estes abusos, perguntei a Sayeda quanto chorara durante os três anos em que permanecera escravizada, apercebendo-me de imediato da superficialidade da minha pergunta. “Oh, chorei e chorei. Quanto mais podia eu chorar?” respondeu, num tom resignado que eu nunca ouvira em ninguém tão jovem. A soma das suas lágrimas nunca seria suficiente para transmitir o peso da sua tristeza.

Perguntei a ambas o que iriam fazer quando regressassem a casa. Anjali mostrou incerteza.

“Vais apaixonar-te outra vez?” perguntou Sayeda, a rir-se.

“Não, não vou”, retorquiu Anjali.

Sayeda respondeu que iria tentar arranjar emprego no salão de beleza onde trabalhara antes. “Não voltarei a dançar. Vou tentar fazer os meus estudos.”

“Eu talvez me inscreva em aulas de dança”, disse Anjali.

“Não, não vás para a dança”, preveniu-a Sayeda. “Isso pode meter-te em sarilhos.”

Quando saímos do edifício, Sayeda perguntou-me se eu conseguia usar o meu telemóvel para ver uma imagem da sua cidade.

Farrak Ali Gayen, detido em Julho de 2017, está em pé entre Jagdeep Singh Rawat, um activista da organização Shakti Vahini, e o agente da polícia Shibendu Ghosh, na esquadra de polícia de Mathurapur, perto de Calcutá. Gayen afirmou receber 215 euros por cada rapariga que levasse à irmã em Deli e que ela vendia depois a bordéis. Segundo disse, ele e os outros membros do seu grupo traficaram 11 raparigas, capturadas na zona de South 24 Parganas, ao longo de ano e meio. A irmã e os outros também foram detidos. O processo ainda está em curso.



Queria mostrar-me o bairro onde os pais viviam, perto de uma mesquita bastante conhecida. Não consegui fazê-lo, mas prometi visitá-la em Khulna quando regressasse para junto da família.

Sorrindo, correu para um parque de brincadeiras em frente do edifício. Vi-a subir para o cimo de um escorrega e deslizar por ele abaixo. Ouvi as suas gargalhadas enquanto me dirigia para o meu automóvel.

CERTA TARDE, HÁ DOIS ANOS, Giriraj Panda, um advogado de Haldia que tem ajudado a interpor acções judiciais em casos de tráfico sexual, estava a almoçar numa banca de comida rápida perto do tribunal quando uma algazarra súbita interrompeu o bulício habitual. Panda olhou para cima e viu um homem fugir, perseguido por dois polícias. Os polícias foram demasiado lentos. O homem

ultrapassou-os e saltou para cima de uma moto, conduzida por um cúmplice. Os dois afastaram-se a toda a velocidade.

Contratado pela Sanlaap para representar as raparigas no processo contra Bhakta e os outros, Panda reconheceu o homem em fuga: era Bhakta. Era aguardado no tribunal quando conseguiu libertar-se dos agentes da polícia que o conduziam ao edifício, agarrando-o pelas mãos. Bhakta já fora presente a tribunal por acusações semelhantes, contou Panda, mas os seus advogados haviam conseguido libertá-lo sob fiança. Segundo parece, Bhakta tentou esta fuga arriscada porque não conseguira livrar-se destas novas acusações. Estivera preso durante mais de um ano e meio.

Os donos de bordéis e os traficantes que exploram menores costumam frequentemente ficar impunes dos seus crimes, não só porque a



polícia falha na aplicação da lei, mas também porque o sistema judicial indiano deixa a porta aberta a muitas escapatórias. Os tribunais indianos encontram-se inundados de processos e o número de casos pendentes é tão gigantesco que, com frequência, as pronúncias demoram anos. Por vezes, os tribunais não têm outro remédio senão deixar os arguidos sair em liberdade sob fiança porque os procuradores não conseguem pronunciar a acusação a tempo, seja por incompetência seja por corrupção.

Apesar desta situação sombria, não esmoreceram os esforços para levar os traficantes a tribunal. Panda conta que, nos últimos seis anos, ele e a sua equipa conseguiram condenações em mais de uma dúzia de casos de tráfico na região de Haldia. Segundo nos contou, iria esforçar-se para provar as acusações apresentadas contra

Bhakta, o qual, disse-nos Panda, foi perseguido e detido poucas semanas depois da sua fuga.

O processo continua a tramitar e poderá demorar anos. No princípio deste ano, Bhakta conseguiu sair em liberdade sob fiança, decisão da qual os procuradores irão recorrer, afirmou Panda. “Uma vez que os traficantes e os donos de bordéis têm muito dinheiro para despende em honorários de advogados, é fácil para eles sair em liberdade”, disse. “Mas nós recusamo-nos a desistir.”

POUCOS MESES DEPOIS DA MINHA VISITA A SNEHA, Sayeda começou a sentir dores abdominais agudas. Poucos dias antes, fizera uma actuação entusiástica num espectáculo de dança no abrigo. O pessoal de Sneha apressou-se a levá-la ao hospital, onde ela morreu horas mais tarde. Os médicos atribuíram a morte de Sayeda a insuficiência hepática, muito provavelmente relacionada com o consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Em Novembro de 2018, viajei até Khulna com a fotógrafa Smita Sharma para fazer uma visita à família de Sayeda. Tinha imaginado aquela via-

Os donos de bordéis e os traficantes que exploram menores conseguem frequentemente ficar impunes dos seus crimes.

gem como um momento de felicidade. Depois de passarmos de automóvel pela mesquita que Sayeda quisera mostrar-me, serpenteámos pelas ruas e estacionámos a viatura ao lado de uma loja de chá. A mãe de Sayeda conduziu-nos por um caminho de terra até à casa onde Sayeda cresceu. O pai, um homem magro, de aparência extenuada, cumprimentou-nos debilmente. Uma vez que não havia mobília na sala, convidaram-nos a entrar no seu quarto. Eu e Smita sentámo-nos de pernas cruzadas sobre a cama, enquanto a luz da tarde jorrava janela adentro.

Quando a mãe de Sayeda nos descreveu como a filha adorava cantar e dançar, mostrei-lhe uma fotografia de Sayeda, com Anjali e as outras raparigas, tirada após a sua actuação no espectáculo de dança. Vestindo um sari de cor magenta e uma coroa amarela, Sayeda sorri, radiosa.





Shiuli, uma trabalhadora sexual de 27 anos, combina um encontro com um cliente no bairro da luz vermelha de Kalighat, em Calcutá. Casada aos 13 anos, Shiuli acabou por abandonar o marido, levando consigo o filho, mas os pais não a aceitaram de volta. Livrou-se, por pouco, de ser traficada. Incapaz de ganhar dinheiro suficiente como empregada doméstica, tornou-se trabalhadora sexual. Tem mais dois filhos.

A mãe olhou para a fotografia durante uns segundos e começou a chorar. “A minha filha tinha um coração tão simples e ingénuo”, disse, enxugando as lágrimas. “Foi por isso que a perdi.”

Os pais de Sayeda sabiam que a filha fora traficada e escravizada num bordel, mas queriam saber melhor aquilo por que ela passara. Por isso, dei-lhes a conhecer a entrevista que fizera a Sayeda. A mãe inclinou-se para a frente para ouvir. O pai ouviu na sala ao lado, onde se sentou no chão, fitando a parede com um olhar vago. Quando Sayeda começou a contar as agruras que suportara no bordel, a mãe começou a mexer-se agitadoamente, em sinal de desconforto, e o pai virou a cabeça para o outro lado.

“Ouvir isto pode fazer-vos sofrer”, disse eu.

A mãe de Sayeda olhou para mim, de olhos transbordantes. “Já estamos a sofrer de qualquer maneira”, disse. “Não há fim para esta dor.”

O pai não pronunciou uma única palavra durante essa tarde. Quando regresssei, no dia seguinte, para me despedir da família, falou por

“Uma pessoa só
é enganada uma vez.
E não vezes sem conta”,
disse Anjali. “Eu já
não gosto de ninguém.”

fim. Desde a morte de Sayeda, contou, tornara-se errático, falhando refeições e banhos com frequência, sentando-se à beira da estrada durante longos períodos, paralisado pela dor, em vez de transportar passageiros no riquexó.

“A minha filha era o meu mundo”, disse-me. “Estava sempre alegre e tornava os outros alegres. Agora, foi-se embora.”

DEPOIS DE PASSAR UM ANO E MEIO no abrigo, Anjali regressou finalmente a casa, reunindo-se à mãe em Siliguri, e começou a trabalhar numa fábrica. Quando a visitei, em Dezembro de 2019, Anjali, então com 19 anos, estava a ajudar a mãe nas tarefas domésticas.

Anjali disse-me que se sente sozinha. Sente falta das amigas do abrigo, que compreendiam a sua angústia como mais ninguém compreen-



de. Não partilhou muito sobre a sua experiência com a mãe. Anjali contou-me que ouvira alguns vizinhos dizer, em voz baixa, que ela tinha uma profissão suja.

“Não lhes respondi”, disse.

Os sentimentos de vergonha impostos pelos vizinhos tinham, evidentemente, aprofundado a sensação de isolamento de Anjali. Ela podia fingir que os vizinhos não existiam, mas era-lhe difícil ignorar as palavras da mãe, que se tornara intensamente protectora, fazendo-a sentir-se demasiado sufocada.

“Ela não me deixa ir a lado nenhum!”, queixou-se Anjali.

“Eu digo-lhe: ‘fica sossegada em casa. Usa o telemóvel. Vê vídeos do TikTok se quiseres’”, contou-me a mãe. “Mas nunca mais voltas a pôr o pé no caminho errado.”



COMO AJUDAR

Indicamos três grupos que ajudam vítimas de tráfico sexual na Índia.

A organização **Shakti Vahini** trabalha para libertar menores de bordéis: shaktivahini.org

A **Sanlaap** ajuda as raparigas resgatadas ou que se encontrem em risco de serem exploradas: sanlaap.org

A organização **New Light** ajuda os filhos das trabalhadoras sexuais: newlightindia.org

Trabalhadoras sexuais e membros do pessoal comparecem ao evento anual de comemoração do aniversário da New Light, uma organização sem fins lucrativos sediada em Kalighat que disponibiliza cuidados e escolaridade aos filhos das trabalhadoras sexuais. Também colabora com o sindicato que as representa, para impedir que os bordéis obriguem as crianças a prostituírem-se.

Perguntei-lhe o que queria dizer com aquelas palavras. Não era Anjali a vítima? Era errado uma pessoa apaixonar-se?

“Sim, eu sei que ela se apaixonou. Mas quem poderia saber que o rapaz tinha tão más intenções?”, perguntou a mãe. “Ela é vulnerável. É jovem. Pode facilmente ser enganada por outro rapaz que prometa casar-se com ela e depois a venda noutra lugar, como já aconteceu antes.”

“Uma pessoa só é enganada uma vez”, disse Anjali. “E não vezes sem conta.”

A mãe tentou amaciá-la. “Eu tenho-lhe dito para não fugir de casa. E se encontrar alguém de que goste, espero que ela mo diga para que eu descubra informações sobre o rapaz antes de se casarem.”

Anjali cortou-lhe a palavra. “Eu já não gosto de ninguém”, disse, num tom definitivo.

Na verdade, ela só queria poder ir onde quisesse e quando quisesse. Anjali queria uma motocicleta. Não estava satisfeita por a mãe poupar dinheiro para comprar uma moto destinada ao irmão mais velho.

“Compro-te coisas quando te casares”, disse-lhe a mãe, com um tom meigo.

Anjali fez-lhe um sorriso exasperado. Apesar de aborrecida, sabia que tinha tido muito mais sorte do que muitas vítimas de tráfico cujas famílias não as recebem de volta, por temerem que os vizinhos e os parentes as envergonhem. A luta de Anjali para reconstruir a sua vida estava, evidentemente, longe de ter terminado. Porém, ao ver o apoio que a família lhe dava e a sua determinação serena, parti com a esperança de que, um dia, conseguisse encontrar a liberdade que procura. □



OS MATAGI

NO JAPÃO, UMA COMUNIDADE DE
CAÇADORES EM RISCO DE EXTINÇÃO
REAVIVA AS SUAS TRADIÇÕES EM
PROL DA SOBREVIVÊNCIA E ADMITE
A PRIMEIRA MULHER AO FIM DE
CINCO SÉCULOS DE EXISTÊNCIA.

TEXTO DE **ALEX RODAL**
FOTOGRAFIAS DE **JAVIER CORSO**
OAK STORIES



Hideo Suzuki, o venerável líder da comunidade matagi de Ani, examina uma relíquia que pertence à sua família há gerações: uma *nagasa* de finais do século XIX. Estas facas eram tradicionalmente forjadas com um punho oco para serem montadas numa vara e assim convertidas em lanças.





Hiroko Ebihara é considerada a primeira mulher matagi. Em 2011, conheceu a comunidade de Oguni através do seu professor, Hiromi Taguchi, especialista nestes caçadores tradicionais. O seu interesse pela natureza e pela vida rural levaram-na a abandonar a sua carreira nas belas-artes para integrar o grupo.



Notice or document posted on the wall, partially obscured by a bag.





Saito Shigemi (à direita), mentor da primeira mulher matagi, no interior da sua casa. Um dos tabus da comunidade em relação às mulheres, praticamente ultrapassado, proíbe ao caçador dormir com a sua mulher na véspera de uma caçada, evitando assim que o homem entre "maculado" nos seus territórios.

“Seremos os últimos. Quando nos reformarmos, ninguém ocupará o nosso lugar.”

Haruo Endo, líder espiritual de um grupo de caçadores matagi em Oguni, na prefeitura de Yamagata, tomara a palavra. Os outros ouviam-no com atenção. “Isto acaba com a nossa geração”, sentenciou. Um silêncio tenso apoderou-se dos anciãos ali presentes, que fixam o olhar no solo e concordam, taciturnos. Só o calor do fogo reconforta os corações nesta noite fria de Primavera. Um forte odor a guisado impregna a casa animada. Reuniram-se apenas meia dúzia de homens na pequena cabana de Takeshi Sato, conhecido pelo apelido de “Capitão”. Nos seus rostos enrugados, vê-se uma mistura de tristeza e resignação, pois a batalha contra o tempo não deverá ser vencida.

Os matagi são caçadores tradicionais cujas origens remontam ao século XVI e vivem em aldeias nos planaltos do Norte do Japão. Cada comunidade tem as suas próprias características, mas todos são herdeiros de um legado transmitido oralmente de pais para filhos. Partilham códigos de conduta e uma cosmovisão segundo a qual se consideram guardiães do equilíbrio natural. Um reduto cultural, desconhecido até pelos restantes japoneses, que se encontra agora em perigo de extinção.

Uma das principais causas do seu mais do que provável desaparecimento é o êxodo rural dos jovens, um fenómeno demográfico comum em todo o mundo. Tomeo Abe, um dos caçadores mais veteranos, serve-se de outra dose de carne de urso e murmura: “Os jovens de hoje renegam tudo aquilo que infunda medo ou exija esforços. Quando andamos pela montanha durante uma semana sem êxito, costumam abandonar-nos e nunca mais voltam.” A escassez de sucessores evidencia-se pela análise do envelhecimento da população. Segundo dados do próprio governo, mais de 20% supera os 65 anos de idade – com uma média de idades de 48,5, é a segunda mais elevada do mundo, atrás do Mónaco – e prevê-se que nas próximas quatro décadas, o país perca um



Ito Ryoichi, guardião do museu matagi de Oguni, veste a indumentária dos caçadores matagi de finais do século XIX, reservada para as cerimónias do início da temporada de caça.





terço dos seus habitantes devido à baixa natalidade. As prefeituras de Aomori, Iwate, Akita e Yamagata são as mais afectadas: nelas poderão desaparecer 80% dos municípios actualmente existentes. E é precisamente nelas que vivem as comunidades matagi.

A TERRA ORIGINAL desta subcultura, segundo os autóctones, é a aldeia de Ani, ou Animatagi, na prefeitura de Akita. Os matagi são um povo heterogéneo, que vive disperso pela região de Tohoku, em Honshu, a principal ilha do Japão. É praticamente impossível localizá-los num mapa e mais ainda elaborar um registo preciso das comunidades. Existem apenas vagas estimativas do seu declínio.

O trajecto entre Oguni e Ani transporta-nos para um Japão remanescente da época em que os *daimios* ostentavam o poder e os samurais o en-

carnavam. Aldeias repletas de residências *minka* com telhados curvos e negros, ladeados por cerejeiras em flor convidam a uma reflexão sobre as origens históricas dos matagi.

Em meados do século XVI, durante o período Sengoku, o Japão estava imerso numa longa e sangrenta guerra civil. A escassez de alimentos e de matérias-primas acabou por ser inevitável. Neste contexto, convergiram os factores propícios para que a caça se transformasse numa actividade económica e um meio de subsistência de importância vital. Os habitantes das zonas rurais começaram a penetrar nas montanhas para caçar, sobretudo no Inverno, quando a agricultura se tornava impraticável. Satisfaziam deste modo a necessidade de carne e peles. Terá sido nesta altura que nasceu a subcultura dos matagi, nas regiões montanhosas do Norte de Honshu.





**EM SENTIDO HORÁRIO,
DO TOPO PARA
A DIREITA**

Haruo Endo, um veterano matagi de Oguni, segura uma das primeiras caçadeiras usadas pelos seus antepassados em vez das lanças tradicionais. Junto dele, encontra-se a pele de um urso-negro.

Noboru Nishine descende de uma família de ferreiros instalados em Animatagi, povoação originária dos caçadores matagi. Na sua modesta oficina, continua a elaborar as *nagasa* de forma tradicional, com a ajuda do filho. É um dos poucos artesãos que actualmente ainda forjam este tipo de arma.

Takeshi Sato, líder de um dos grupos de caçadores de Oguni, desembainha a sua *nagasa* para desmembrar um animal abatido nas montanhas. Cumprindo o ritual da caça que praticam com reverência e respeito pelo equilíbrio natural, os matagi entregam uma parte das vísceras do urso à deusa da montanha, como oferenda.

Mão de um caçador junto da pata dissecada da sua presa. O urso-negro-japonês é uma subespécie classificada como vulnerável pela UICN. Para os matagi, a caça não é uma actividade lúdica ou desportiva. Capturam apenas o necessário para a venda regulamentada e o autoconsumo.



Existe uma hierarquia de comando, mas todos os membros do grupo têm o mesmo direito à carne e à pele do animal, independentemente de quem tiver abatido a presa. Após a morte, o urso é arrastado até ao local, onde será estripado e dali transportado para a aldeia.

Após um túnel longo e escuro, um manto de neve e uma densa neblina anunciam a chegada à prefeitura de Akita. Hideo Suzuki, o afável e sorridente líder da comunidade de Ani, é o nosso anfitrião. A sua casa, que poderia perfeitamente ser um museu, reúne relíquias e engenhocas matagi usadas por ele e pelos seus antepassados há mais de nove gerações, embora actualmente a maioria esteja em desuso.

Em 2011, houve um acontecimento que parece ser o último prego no caixão destas comunidades já em declínio: o acidente nuclear de Fukushima. Devido ao risco inerente de os animais selvagens estarem contaminados por radioactividade, o governo proibiu o consumo e a venda da carne durante quase cinco anos. Durante esse período, os matagi abandonaram aquela que fora a sua principal actividade durante mais de cinco séculos. Caçar um animal para transportar o seu corpo até ao incinerador provoca-lhes não só uma sensação de vazio, como causa um dilema que vai contra as suas crenças: dar morte para conservar a vida.

Desde então, Hideo articula a caça esporádica com o seu trabalho como guia de turismo rural. É igualmente membro da associação local de protecção florestal e executa trabalhos de manutenção do espaço natural: “Passo mais de vinte dias por mês na montanha e ainda sinto que ela me mantém vivo.” Depois de servir uma chávena de chá, reconhece que talvez a mudança tenha sido para melhor, pois o estilo de vida matagi não tem futuro: “Digo sempre aos jovens que não venham, têm de dar prioridade à sua vida e ao trabalho diário.” De forma quase reverencial, dispõe sobre o *tatami* algumas fotografias antigas enquanto relata com orgulho: “No passado, íamos caçar em grupos de 20 ou 30 pessoas, armados de lanças e armas de fogo rudimentares. Rezávamos antes de entrar no reino sagrado da montanha e passávamos horas à escuta, à espera, em busca do menor sinal perceptível de que o urso estava por perto.”

Naquela época, Hideo acabara de concluir a escolaridade obrigatória e nem sequer tinha uma arma. Como os outros *seko*, o seu papel era



levantar a voz na altura certa para conduzir o urso ao local onde deveria ser cercado e abatido por caçadores mais velhos: “Com um único golpe e sem fazer sofrer a presa. Foi assim que me ensinou o meu avô.” O venerado ancião termina a sua história levando aos lábios um cartucho de bala e assobiando com força. Uma amostra de como comunicavam entre si os matagi nas cordilheiras cobertas de neve quando ainda não usavam transmissores de rádio nem caçadeiras modernas, instrumentos que foram adoptando gradualmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE convivem numa frágil harmonia no Japão do século XXI. Duas faces da mesma moeda que interessam particularmente ao



antropólogo norte-americano Scott Schnell, um dos maiores especialistas do mundo nestas comunidades. Scott está hospedado numa pousada no sopé das montanhas nevadas de Oguni, local que conhece bastante bem, pois já visitou o país em mais de trinta ocasiões.

“Não são, obviamente, como os caçadores tradicionais de há 40 ou 50 anos”, explica. Evoluíram em vários aspectos, mas ainda conservam muitos ideais e costumes que os distinguem dos caçadores desportivos modernos. A sua característica mais marcante é a relação íntima mantida com o ambiente que os rodeia, ao qual reconhecem consciência própria e a veneração da figura personificada por essa natureza: Yama-no-Kami, a deusa da montanha. Estas comunidades consideram que devem comportar-se de forma

responsável e consciente, nos territórios da divindade, de modo a não provocarem a sua ira. Do mesmo modo que lhes concede privilégios, permitindo-lhes que se alimentem de tudo o que a montanha oferece, a deusa exige-lhes em troca que sigam um código de conduta rigoroso. No essencial, podem caçar porque ela assim o permite, afirma o especialista: “Os matagi sentem que a sua sobrevivência depende de Yama-no-Kami. É por essa razão que não tiram mais do que aquilo de que precisam e isso distingue-os dos demais.” No entanto, existe um debate aberto quanto ao grau de interferência futura do progresso tecnológico no seu sistema de crenças. “Isso pode acontecer com o tempo, mas até agora conseguiram manter a sua consciência e responsabilidade”, acrescenta o antropólogo.



Uma das exigências impostas pela divindade aos seus caçadores traduz-se nos diferentes tabus que há séculos são impostos às mulheres da comunidade. A deusa da montanha é descrita de forma recorrente no xintoísmo como uma bruxa velha e maliciosa, algo que lhe causa uma virulenta aversão e inveja pelo resto das mulheres. Por este motivo, nunca foi permitida a presença do sexo feminino no território sagrado. Apesar disso, a premente necessidade de perpetuar o seu legado levou alguns destes caçadores em perigo de extinção a renegociar o seu acordo tácito com Yama-no-Kami e a considerarem a inclusão de algumas mulheres. “Encontramos num momento realmente interessante, porventura um ponto de viragem na sua história”, afirma Scott Schnell. “Um sistema de crenças que se adapta a uma mudança social. Não seria genial que outras religiões conseguissem fazer o mesmo?”

Depois de pronunciar estas palavras, abandona deliberadamente a incômoda postura *seiza* ditada pela formalidade japonesa para continuar a conversa de forma mais descontraída. O norte-

Grupo de caçadores matagi fotografado em finais do século XIX. As táticas de caça com lança exigiam força e o compromisso do grupo para abater o urso, pois era preciso uma aproximação a curta distância do animal para o abater com um único golpe, reduzindo assim o seu sofrimento.

-americano pensa em voz alta sobre as práticas ou conceitos que os matagi podem ensinar-nos: “Sabemos há algum tempo que estamos prestes a destruir numerosas espécies, incluindo a nossa. Porém, a ciência e a educação não vão servir de muito. O que nos falta é o sentimento, a emoção que se obtém quando as pessoas acreditam e se comportam como se realmente existisse uma deusa da montanha.”

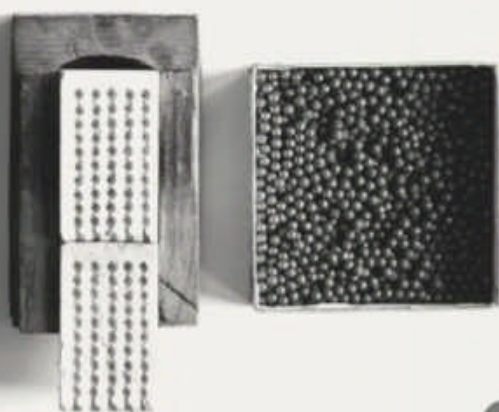
MORAL E ÉTICA são questões impossíveis de evitar quando se aborda o tema da caça. Os matagi receberam muitas críticas por parte dos sectores conservacionistas, uma vez que a sua principal presa é o urso-negro-japonês, uma subespécie classificada como vulnerável pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).



1



2



3



4



5



6

1. Peixe-pedra, *okoze* em japonês, é uma oferenda que os *matagi* levam consigo nas caçadas, ou depositam nos altares da deusa da montanha.

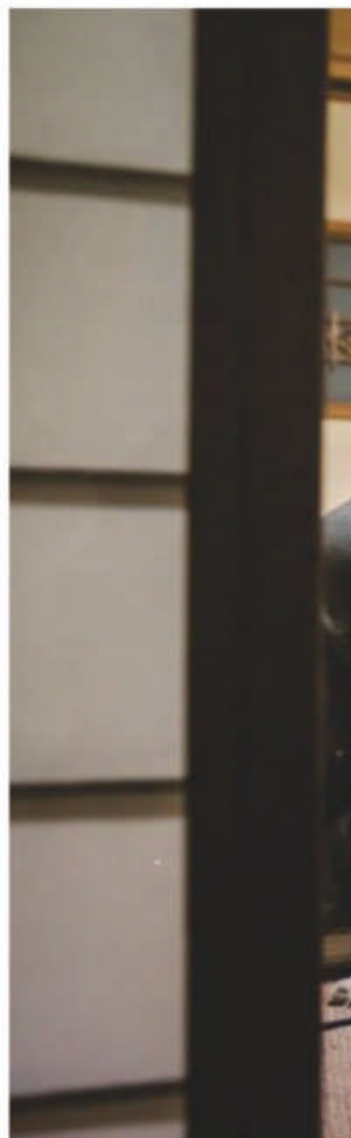
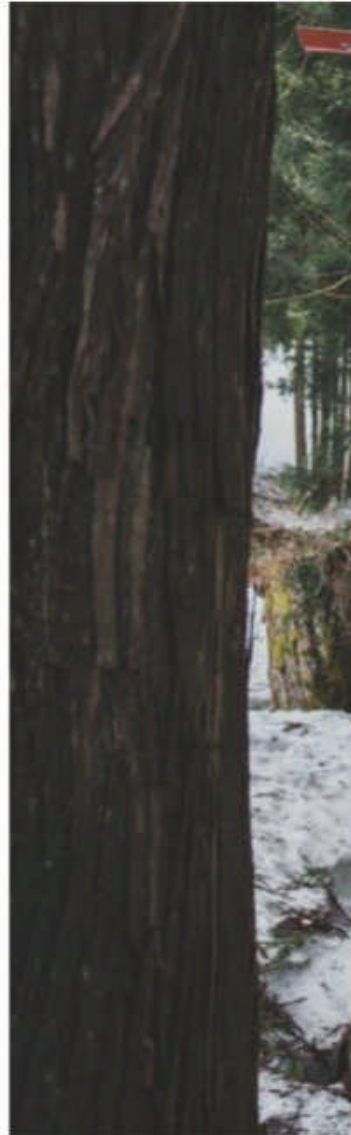
2. Vesícula biliar do urso-negro. A bÍlis de várias espécies de urso, incluindo dos ursos-negros-asiáticos e dos ursos-pardos, é utilizada na medicina tradicional chinesa pelo menos desde o século VIII.

3. Munições fundidas artesanalmente para cartuchos de caçadeira, uma prática que caiu em desuso entre os *matagi*.

4. Cinto de munições de couro para cartuchos. Nas caçadas dos *matagi*, este tipo de munição é usado na retaguarda, pelo grupo de "protectores" para evitarem ser surpreendidos pelo animal.

5. Raquetes de neve do século XIX usadas pelos caçadores para se deslocarem sobre a neve virgem nas montanhas nevadas.

6. Munições de diferentes armas de fogo, introduzidas no Japão pelos portugueses em 1543 e usadas pelos caçadores *matagi* em diferentes épocas.





**EM SENTIDO HORÁRIO,
A PARTIR DA ESQUERDA**

Há quase 50 anos que Miwa Sato, mulher do líder dos caçadores de Oguni, partilha com outras mulheres os longos dias de espera pelo regresso dos maridos. Naquela época, as crenças da comunidade mantinham as mulheres afastadas da montanha e de tudo o que estivesse relacionado com a caça.

Hiroko Ebihara sob um *torii* na sua visita a um dos santuários do sopé das montanhas, no dia antes da caçada. Foi rezar a Yama-no-Kami, uma divindade que os matagi descrevem como um ser de aspecto horripilante, com inveja das mulheres, às quais impediu o acesso aos seus territórios.

Na actualidade, Hiroko articula a caça com o seu trabalho na administração pública. Vive em Oguni com o marido, Ippei Ebihara, caçador matagi do mesmo grupo. Ambos são os membros mais jovens da comunidade e sabem que, em grande medida, deles depende a sobrevivência das tradições matagi por mais uma geração.



A média de idades dos caçadores matagi varia entre 60 e 70 anos. Uma vez terminada a caçada, os homens reúnem-se sob o tecto do líder, Takeshi Sato, para dar início ao ritual que precede o jantar comunitário. Haruo Endo faz a oração em frente do coração do urso e de uma garrafa de sake.

No entanto, o relatório mais recente desta organização mostra que, apesar da tendência global, o Japão é um dos poucos casos excepcionais de países onde as populações do urso-negro-asiático são estáveis ou até estão a aumentar.

Hiromi Taguchi, que lecciona Antropologia e Estudos Ambientais na Universidade de Arte e Design de Tohoku (UADT) comenta este assunto: “Em Tóquio, as pessoas vivem como se fossem caçadores-recolectores, mas protegidos pela estrutura espacial de uma cidade.” Após uma pausa intencionalmente longa, própria de quem medita e escolhe bem as suas palavras, acrescentou: “Matamos o gado, mas não os animais selvagens. A nossa sociedade funciona assim.”

A simples dicotomia caça vs. conservação torna-se complexa quando a fronteira entre natureza e espaço urbano se esbate. Segundo dados do Ministério do Ambiente do Japão, entre 2008 e 2016 registaram-se 764 vítimas devido a encontros com animais selvagens, incluindo 12 mortes. Para entender melhor o contexto actual e o papel desempenhado pelos matagi, Hiromi Taguchi recomenda uma visita a estas comunidades para conhecer o seu estilo de vida. “Coexistem com o urso, por isso não permitirão que se extinga”, disse. Taguchi limpa os óculos enquanto suspira profundamente. “Quando os matagi desaparecerem, é provável que o mesmo aconteça ao animal”, sentencia. Uma vez chegado o inexorável fim, só o tempo determinará se os matagi foram uma comunidade romantizada ou se, pelo contrário, eram os verdadeiros guardiões do equilíbrio natural.

HIROKO EBIHARA, a primeira mulher matagi, é uma jovem que decidiu aceitar o conselho do professor Taguchi e explorar o mundo rural. “Foi ele quem me introduziu nesta região e entre a sua gente há quase uma década”, afirma. Nascida e criada em Kumamoto (que, por acaso, significa “origem do urso” em japonês), na ilha Kyushu, na outra extremidade do país, sempre se interessou pela pintura e pelo desenho. Mudou-se assim para Yamagata para estudar na UADT, onde conheceu Taguchi. Nessa altura, fazia obras de estilo japonês, principalmente de animais, que de algum modo lhe pare-



ciam inanimadas: “No jardim zoológico, não conseguia captar a sua verdadeira essência. Precisava de compreender como vivem e se comportam no seu habitat. Quis experimentar a natureza autêntica.” Fascinada pelo estilo de vida da comunidade matagi, começou a frequentar a aldeia de Oguni. Iniciou-se então um lento processo no qual os caçadores, transgredindo uma tradição secular em prol da sua sobrevivência cultural, introduziram Hiroko de forma progressiva até que a jovem foi, finalmente, aceite e instruída. “Depois de me tornar uma deles, revelaram-me que eu era a primeira mulher matagi. Cada vez tenho mais consciência do que isso significa”, confessa.

Evitando protagonismo, sugere uma reunião com o seu mentor, Saito Shigemi, que pratica o estilo de vida matagi há mais de 50 anos: “No passado,




referíamos-nos a nós como *yamando*, que significa ‘homem da montanha’, ou *teppo-uchi*, algo parecido com ‘caçador com arma de fogo’. Com um gesto subtil, convida-nos a entrar no santuário onde prestam culto à deusa, na encosta da montanha, enquanto acrescenta: “Quando o professor Taguchi nos visitou pela primeira vez, há cerca de 35 anos, explicou-nos que os matagi de Akita tinham importado a caça tradicional para esta região. Desde então usamos o termo matagi.”

Mestre e discípula fazem uma oração em perfeita sincronia, num sinal de que a caçada começou. Só com arma ao ombro, empreendem uma exigente subida pelas ladeiras cobertas de neve. A meio da expedição, Hiroko admite que nunca teve intenção de se tornar matagi. Na verdade, no princípio tinha escassos conhecimentos so-

bre a sua cultura: “Quando os acompanhei pela primeira vez, nem sequer sabia que as mulheres estavam excluídas do seu mundo.”

Depois de alcançar o cume da montanha, a jovem, considerada a melhor batedora do grupo, faz uma acção de reconhecimento. Avista o urso-negro num vale próximo e informa os outros esquadrões através do rádio. Hiroko e Shigemi trocam um sorriso cúmplice, só partilhável entre duas pessoas unidas, tardiamente, pelas circunstâncias da vida e pelo destino, como pai e filha adoptiva. □

O fotógrafo Javier Corso, explorador da National Geographic, é fundador e director da OAK STORIES, agência produtora de documentários, da qual Alex Rodal é chefe de investigação. O projecto sobre os matagi foi apoiado pela NGS, no âmbito do programa de exploradores da National Geographic.



Dezenas de milhares de africanos morrem todos os anos devido a mordeduras de serpente. O acesso ao tratamento pode ser difícil e a disponibilidade de antivenenos é escassa. Esta é uma crise de saúde.

Mordeduras que matam

TEXTO E FOTOGRAFIAS DE THOMAS NICOLON



S

Simon Isolomo levantou-se perto das 5 horas da manhã, despediu-se da mulher e dos sete filhos e saltou para a sua canoa escavada num tronco. Essa terça-feira de Dezembro de 2018 começara como muitas outras dos seus 30 anos de pescarias na província de Équateur, na República Democrática do Congo. Isolomo, um professor de francês de 52 anos, remando pelo rio Ikelemba rumo ao acampamento de pesca, na companhia de amigos.

Três horas mais tarde chegaram ao acampamento e Isolomo começou a verificar as linhas de pesca instaladas na véspera. Ao sentir que uma delas puxava, mergulhou a mão na água turva.

Uma dor aguda atordoou-o de imediato. O sangue escorreu de duas picadas marcadas na mão. Imediatamente abaixo da superfície da água, uma serpente amarelada com anéis negros (provavelmente uma cobra de água *Naja annulata*) esgueirou-se e desapareceu de vista.

Os companheiros de Isolomo ajudaram-no a embarcar na canoa e remaram furiosamente de regresso à sua aldeia, Iteli. Quando ali chegaram, cerca de três horas depois da mordedura, Isolomo encontrava-se quase inconsciente.

“Os olhos tinham mudado de cor e vomitava”, recorda Marie, a mulher, chorando enquanto conta a história. Depois de um curandeiro tradicional lhe aplicar um torniquete, partiram de canoa para o hospital em Mbandaka, a capital da província, a cem quilómetros de distância. Antes de lá chegarem, porém, Isolomo parou de respirar e morreu.

A história de Isolomo ilustra a crise mundial provocada pelas mordeduras de serpente: picado numa região longínqua, a horas de distância do hospital mais próximo, não tinha quaisquer hipóteses. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 138 mil pessoas morrem todos os anos de mordeduras de serpente a nível mundial, e aproximadamente 95% dessas mortes ocorrem



em comunidades rurais pobres de países em desenvolvimento. Uma das zonas mais duramente atingidas é a África subsaariana, onde se crê que se registem 30 mil mortes por ano causadas por mordeduras de serpente. No entanto, segundo alguns especialistas, o número efectivo de baixas poderá ser o dobro. Um importante factor contributivo é a escassez do único medicamento capaz de neutralizar as toxinas das serpentes perigosas: o antiveneno. Para complicar a situação, muitas vítimas não vão ao hospital ou não chegam lá a tempo. Em muitas unidades de cuidados de saúde, o pessoal não recebeu formação suficiente para tratar mordeduras de serpente e, mesmo havendo disponibilidade do medicamento, este é demasiado caro para muitos. Além disso, a maior parte dos antivenenos africanos mais fiáveis precisam de ser guardados em áreas refrigeradas para se manterem estáveis e preservarem a eficácia. Com os cortes de electricidade frequentes, é quase impossível mantê-los refrigerados. (Continua na pg. 92)



A organização sem fins lucrativos National Geographic Society ajudou a financiar esta reportagem.



À ESQUERDA

O herpetologista Mamadou Cellou Baldé fotografado junto da coleção de serpentes da clínica de tratamento de mordeduras do Instituto Guineense para a Investigação Biológica Aplicada, em Kindia (Guiné).


EM BAIXO

As marcas na mão de Baldé mostram a evolução do inchaço, 30 minutos depois de ser mordido por uma víbora *Bitis arietans*. Baldé foi inoculado com seis ampolas do antiveneno Inoserp Pan-Africa, mas recusou-se a tomar analgésicos “para compreender melhor o que os doentes sentem”.

PÁGINAS ANTERIORES

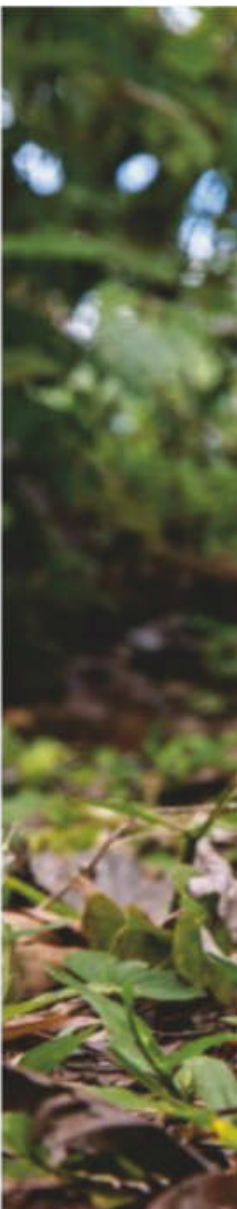
Com a língua de fora, uma víbora fareja o território. As serpentes venenosas matam cerca de 30 mil pessoas por ano na África subsaariana.



A photograph showing a woman in the foreground carrying a young child on her back. The woman is wearing a black headscarf and a patterned pink and purple dress. The child is wearing a yellow shirt and a white bag. In the background, a man is sitting on a wooden bench, wearing a black jacket and a blue scarf, holding a bottle. The scene is set outdoors with a corrugated metal structure on the left and a wall with a yellowish tint in the background.

O doente Abdourahmane Diallo, de 12 anos, e o pai (à direita) aguardam o tratamento na clínica de Baldé, uma das poucas unidades de saúde africanas com pessoal especializado em mordeduras de serpente. Uma serpente não identificada mordeu Abdourahmane no tornozelo esquerdo quando ele guardava cabras. Os Diallo chegaram a Kindia quatro dias mais tarde e o rapaz foi tratado com êxito.







Mais de cem mil pessoas morrem todos os anos devido a mordeduras de serpente. Cerca de 95% dessas mortes ocorrem em comunidades rurais de países em desenvolvimento.

**EM SENTIDO HORÁRIO,
A PARTIR DO TOPO
ESQUERDO**

Ágil e arborícola, a mamba-verde-oriental é uma das quatro espécies de mamba existentes em África. Os ataques da mamba podem libertar um veneno neurotóxico que actua rapidamente, paralisando os músculos respiratórios e provocando morte por asfixia.

É fácil tropeçar numa víbora do Gabão, que possui a camuflagem perfeita para se esconder e, muitas vezes, jaz imóvel no solo da floresta durante horas. O veneno desta víbora interfere na coagulação sanguínea: por vezes, as vítimas precisam de amputar um membro.

Uma naja-da-floresta ostenta o seu capelo numa postura defensiva. As cobras de África adaptam-se bem aos habitats humanos, incluindo pomares e bairros suburbanos.

Deslocando-se lentamente e de hábitos nocturnos, a víbora *Bitis nasicornis* é difícil de detectar entre as folhas.



Em 2017, com o objectivo de chamar a atenção para a crise mundial provocada pelas mordeduras de serpente e para atrair fundos destinados a financiar a investigação e o tratamento, a OMS acrescentou o envenenamento por mordedura de serpente à sua lista de doenças tropicais negligenciadas – na qual se incluem a raiva, o dengue e a lepra. Em 2019, a organização divulgou o objectivo de reduzir o número anual de mortes e incapacidades causadas por envenenamento em 50% até 2030, iniciativa cujos custos podem ascender a quase 115 milhões de euros.

Esta hierarquização da ameaça poderá servir de alerta para os ministros da saúde em África, afirmou Mamadou Cellou Baldé, de 66 anos, biólogo que dirige o Instituto Guineense para a Investigação Biológica Aplicada (IRBAG), em Kindia, onde existe um consultório para mordeduras de serpente. “Vemos milhões gastos para manipular eleições locais, enquanto os cientistas africanos não dispõem do dinheiro necessário para fazerem investigação que pode salvar vidas”, resume Baldé.

Alguns indivíduos nem sequer são conduzidos ao hospital. Em vez disso, as famílias podem procurar a ajuda de um curandeiro tradicional, que talvez lhes aplique folhas ou cinzas de ossos de animais carbonizados, ou lhes faça um torniquete em torno do membro mordido, o que pode restringir perigosamente a circulação sanguínea. Alguns tratamentos botânicos conseguem aliviar as dores e reduzir o inchaço, mas não têm capacidade para salvar a vida da vítima, afirma Baldé.

HÁ CERCA DE 25 ANOS, Baldé estava a meio de uma pausa, à sombra de uma mangueira, no IRBAG, quando um homem irrompeu desesperado pelo Instituto, trazendo nos braços uma criança inconsciente. Fora mordida por uma serpente, disse-lhe.

Baldé, na altura um entomologista que estudava doenças transmitidas por vectores de infecção, levou a rapariga de 12 anos para o consultório, mas não havia esperança. O instituto fora um centro de tratamento de mordeduras de serpente no início do século XX, mas, por volta de meados

Assim que uma serpente venenosa ataca, começa de imediato uma corrida contra o relógio. A ajuda pode demorar horas ou dias. Quando finalmente chega, pode ser demasiado tarde.

A MAIOR PARTE DOS AFRICANOS VITIMADOS por mordeduras de serpente são agricultores que trabalham em campos distantes, descalços ou de sandálias, o que os torna especialmente vulneráveis. Assim que uma serpente venenosa ataca, começa de imediato uma corrida contra o relógio. O transporte até ao hospital mais próximo pode demorar várias horas, por vezes até dias. Quando o doente finalmente lá chega, pode ser demasiado tarde.

O veneno dos elapídeos, uma família de serpentes à qual pertencem as mambas e as cobras-capelo, pode matar em poucas horas. As neurotoxinas paralisam rapidamente os músculos respiratórios, tornando impossível a respiração. Por outro lado, o veneno dos viperídeos pode demorar vários dias a matar, interferindo na coagulação e provocando inflamação, hemorragia e morte dos tecidos.

Quando a vítima chega ao centro de tratamento, a sua sobrevivência depende de dois factores vitais: existe antiveneno fiável e disponível? E, em caso afirmativo, o pessoal médico sabe como administrá-lo? Na África subsaariana, a resposta às duas perguntas é, frequentemente, negativa.

do século, o seu âmbito havia mudado. Ninguém soube como ajudar a criança.

Baldé jurou que aquela rapariga seria a última dessas vítimas. Abandonou os insectos, concentrou-se nas serpentes e começou a aprender tudo o que podia sobre mordeduras de serpente.

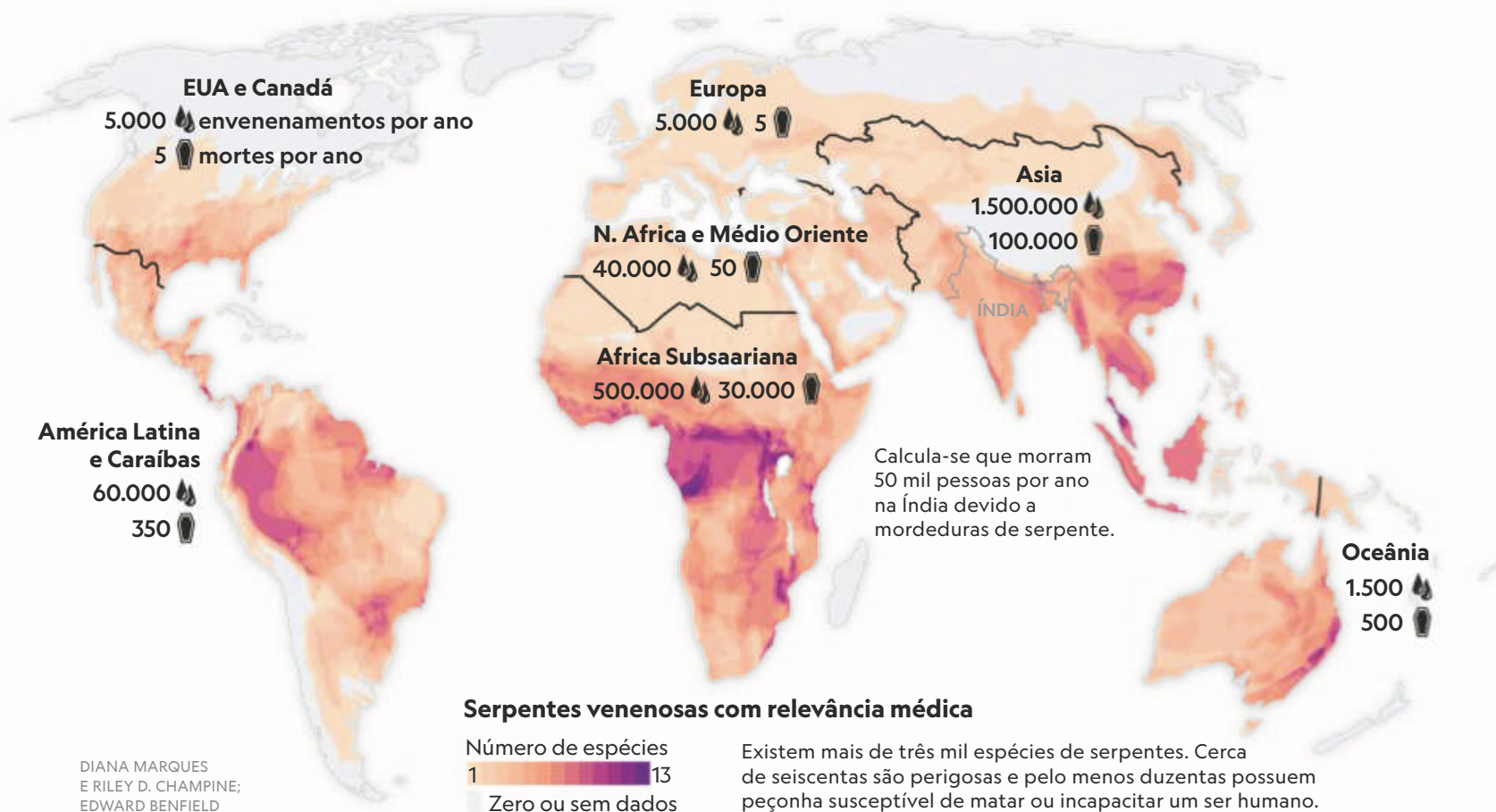
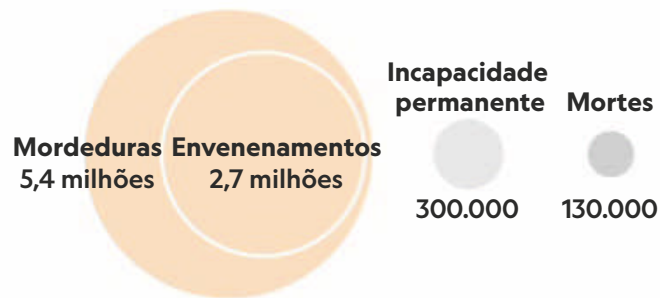
Na sua pesquisa de tratamentos ao longo dos anos, Baldé, hoje herpetologista de fama mundial e conferencista sobre mordeduras de serpente, tem experimentado produtos localmente disponíveis: comprimidos de fabrico chinês e injeções de antivenenos fabricadas na Índia. Segundo nos disse, o melhor que encontrou foi o Fav-Afrique, um antiveneno produzido pela empresa farmacêutica Sanofi, eficaz no combate ao veneno de dez das mais perigosas serpentes de África. Em 2014, contudo, a Sanofi interrompeu a sua produção porque o produto já não era lucrativo.

A produção de antivenenos é um processo demorado e dispendioso e, atendendo a que a grande maioria das pessoas que deles precisa vive em países em desenvolvimento, são medicamentos pouco lucrativos.

Zonas de risco

Há serpentes venenosas em todo o mundo, mas as regiões de maior risco são as áreas rurais pobres de África e da Ásia, onde o acesso ao tratamento é limitado. Nem todas as mordeduras resultam em inoculação de peçonha, mas aquelas em que isso acontece podem matar ou incapacitar definitivamente a vítima.

Mordeduras de serpente, estimativas globais, 2019



DIANA MARGUES
E RILEY D. CHAMPINE;
EDWARD BENFIELD

FACTORES DE AUMENTO DO RISCO

Localização em meio rural

Os trabalhadores agrícolas e os caçadores têm mais probabilidade de encontrar serpentes. O uso de calçado pouco adequado ou a falta de segurança em casa aumentam o risco de mordedura.

Sem acesso a tratamento

Muitas pessoas recorrem apenas à medicina tradicional após uma mordedura ou podem não dispor de transporte até ao hospital. A demora aumenta a probabilidade de incapacitação ou morte.

Cuidados limitados

Nas zonas mais pobres, as unidades médicas podem não dispor de profissionais com formação ou equipamento para tratar uma mordedura perigosa. Em muitas comunidades não existem unidades de saúde.

Ausência de antivenenos

A produção é inferior às necessidades e os tipos adequados de antivenenos encontram-se indisponíveis nos centros de saúde. Mesmo quando existe antiveneno, muitas vítimas não o conseguem pagar.

AS DUAS MAIORES AMEAÇAS

Em quatro das 18 famílias de serpentes existem espécies perigosas para os seres humanos, mas os viperídeos e os elapídeos são responsáveis por mais de 95% dos envenenamentos registados no mundo.

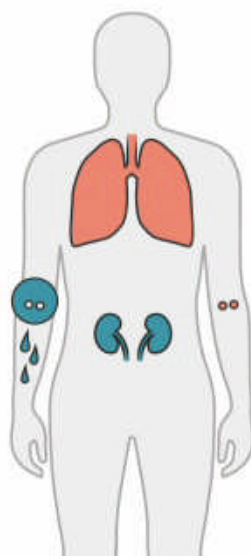
Viperídeos

O veneno dos viperídeos (como as cascavéis e as víboras) pode provocar lesões renais graves e prejudicar a coagulação e circulação sanguíneas, gerando inflamação grave, hemorragia e morte dos tecidos. O seu veneno costuma matar no espaço de alguns dias.

Compactas, robustas e vagarosas



Presas longas e articuladas



Elapídeos

O veneno dos elapídeos (família a que pertencem as cobras-capelo, as mambas de África e as taipãs da Australásia) pode impedir a transmissão dos impulsos nervosos, impossibilitando a respiração. O seu veneno pode matar no espaço de algumas horas.

Esguias, ágeis e activas



Presas curtas e fixas



FONTES: JEAN-PHILIPPE CHIPPAUX, INSTITUTO FRANCÊS DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INSTITUTO PASTEUR;

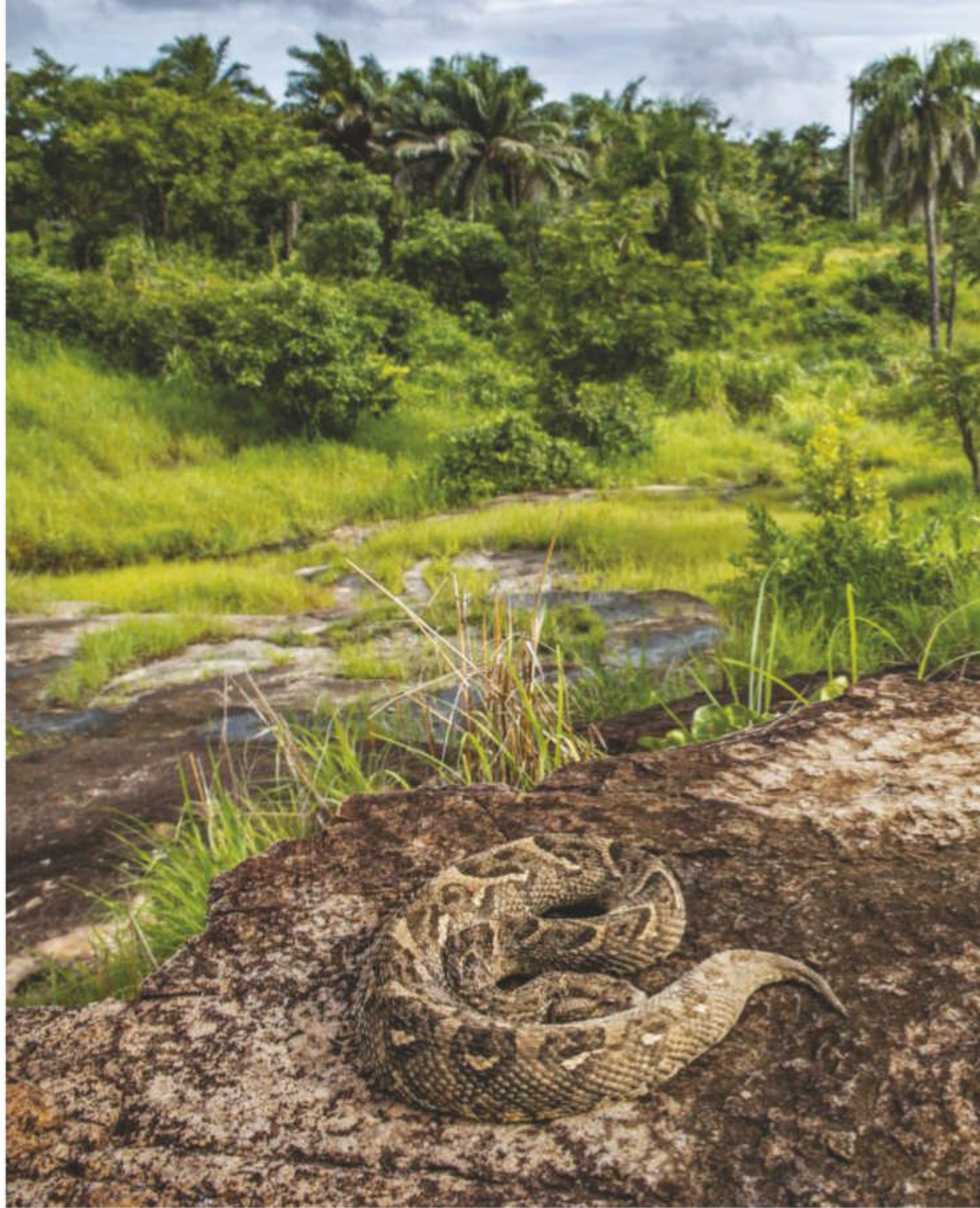
JORDAN BENJAMIN E NICKLAUS BRANDEHOFF, FUNDAÇÃO ASCLEPIUS SNAKEBITE; JOSHUA LONGBOTTOM, FACULDADE DE MEDICINA TROPICAL DE LIVERPOOL





Rémi Ksas, ajudado por Antoine Planelles, extrai peçonha de uma víbora *Bitis gabonica rhinoceros* para o laboratório francês Latoxan, que fornece ingredientes a fabricantes de antivenenos em todo o mundo. A peçonha pode render milhares de euros por grama.

Uma víbora *Bitis arietans* aquece-se ao sol sobre uma rocha quente na Guiné. Em 2017, a Organização Mundial da Saúde acrescentou a mordedura de serpente à sua lista de doenças tropicais negligenciadas, pondo em destaque este problema de saúde para atrair fundos para a investigação e tratamento.



O fabrico de antivenenos requer a utilização de peçonha autêntica. Esta é recolhida em laboratórios que podem alojar milhares de serpentes em cativeiro. A extracção da peçonha é feita uma vez por mês. Dependendo da espécie, a farmacêutica chega a pagar vários milhares de euros por cada grama de peçonha.

Então, a peçonha – em quantidade demasiado pequena para evitar efeitos nefastos – é inoculada em cavalos ou noutros mamíferos de grande porte, cujo organismo desenvolve anticorpos. Após recolha do sangue destes animais, os técnicos de laboratório separam os anticorpos e purificam-nos para fabricar os antivenenos.

Mesmo quando dispomos de um antiveneno de qualidade elevada, o tratamento das mordeduras de serpente nem sempre resulta. “Há uma enor-

me escassez de dados e investigação publicados”, afirma Jordan Benjamin, da Fundação Asclepius Snakebite, que fornece produtos e dá formação a centros de saúde africanos.

“Por vezes, os antivenenos supostamente destinados a tratar certas espécies nem sequer funcionam em algumas zonas”, diz o especialista em toxicologia médica Nick Brandehoff, director clínico da Fundação. Por exemplo, “a peçonha da víbora *Bitis arietans* pode mudar de uma região para outra. É extremamente complexa.”

EM 2013, UMA EMPRESA DO MÉXICO, a Inosan Biopharma, estava a comercializar um novo antiveneno, capaz de neutralizar as toxinas de pelo menos 18 espécies de serpentes – mais do que quase todos os outros antivenenos disponíveis em África.



“O tratamento pode ser aplicado mesmo quando não se tem a certeza da serpente responsável pela mordedura”, afirma Benjamin. O fármaco, chamado Inoserp Pan-Africa, tem igualmente a vantagem de ser liofilizado. Por não precisar de refrigeração, veio “mudar as regras”, afirma Baldé, um dos primeiros prestadores de cuidados de saúde a experimentá-lo em ensaios de campo.

Apesar de toda a sua eficácia, o Inoserp não está a ser produzido em quantidades suficientes. Em termos gerais, existe uma grave escassez de antivenenos: o número de ampolas em circulação é inferior a 5% do milhão a dois milhões previstos para satisfazer as necessidades anuais da África subsaariana. E mesmo que a disponibilidade do Inoserp fosse generalizada, os habitantes da África rural – cujos rendimentos podem não ultra-

passar um punhado de euros por dia – não teriam dinheiro para pagá-lo. Os hospitais e as farmácias podem cobrar 65 a 100 euros por ampola e a maior parte das vítimas de mordeduras de serpente requer várias ampolas.

Há antivenenos mais baratos disponíveis, mas podem ser pouco fiáveis. “Em diversos países africanos, encontramos antivenenos concebidos para tratar mordeduras de serpentes indianas”, afirma Jean-Philippe Chippaux, perito em doenças tropicais e colaborador do Instituto Francês de Investigação para o Desenvolvimento Sustentável, que ajudou a redigir a estratégia da OMS para as mordeduras de serpente e tem contribuído para o desenvolvimento de antivenenos, entre os quais o Inoserp.

A Inosan Biopharma está a investir milhões de euros para acelerar a produção do Inoserp, na esperança de que os governos acabem por assumir o compromisso de comprarem quantidades suficientes que permitam superar a crise. “Até agora, não obtivemos lucro com o Inoserp”, afirma o director-geral Juan Silanes. “Alguém tinha de começar a investir e nós assumimos essa responsabilidade, mas estamos orgulhosos do que fazemos porque se trata de uma causa importante.”

Outras empresas estão igualmente a investigar novos tratamentos, mas, de momento, nenhum é tão promissor como o Inoserp, diz Benjamin. Algumas organizações filantrópicas dão passos em frente em áreas onde o apoio governamental ficou para trás. A Fundação Asclepius Snakebite, por exemplo, disponibiliza Inoserp e formação médica gratuitos a centros de saúde na Guiné, no Quênia e na Serra Leoa. O James Ashe Antivenom Trust compra antivenenos para hospitais da comarca de Kilifi, no Quênia, para que os doentes possam beneficiar de tratamento gratuito.

No entanto, como afirma Baldé, é melhor prevenir as mordeduras de serpente do que ter de tratá-las. As campanhas de sensibilização na Guiné e noutros países ecoam a mensagem que Baldé transmite aos seus doentes: calcem sapatos quando caminharem em sítios onde é provável haver serpentes e usem uma lanterna durante a noite.

“A mordedura de serpente tem sido uma doença dos pobres e, por isso, os decisores não se importam”, resume Eugene Erulu, do Hospital de Watamu. Mas ele tem esperanças de que o novo investimento global da OMS na prevenção das mordeduras de serpente se revele eficaz. “Os governos serão obrigados a considerá-la um problema grave”, diz. “E esse é um passo muito importante.” □



Narco Wars

ESTREIA: 9 DE JANEIRO, ÀS 23H20.
TODOS OS SÁBADOS

“Narco Wars”, a série que acompanha as guerras de narcotráfico na América Latina, estreia no dia 9 de Janeiro, às 23h20. Na guerra desenfreada pelo controlo do mercado da droga, onde as fronteiras internacionais não têm sentido, as populações estão à mercê dos impiedosos cartéis. Apesar dos milhões de euros investidos no combate ao tráfico, as drogas ilegais continuam a chegar a cidades de todo o mundo. Através de depoimentos a personagens dos dois lados da lei, a série examina e tenta explicar a guerra contra as drogas. Duas cidades na fronteira entre os Estados Unidos e o México estão no epicentro brutal desta guerra: Phoenix (EUA) tornou-se a segunda capital mundial do rapto e Juárez (México) é conhecida como a “Bagdade da Fronteira”.



Mayday: Desastres Aéreos

21 DE JANEIRO, ÀS 22H10

Sempre que um avião se despenha, inicia-se a dura missão dos investigadores de acidentes, procurando descobrir a causa de cada desastre aéreo. No primeiro episódio desta série, voando às cegas, veja como uma tripulação perdeu o horizonte de vista e caiu numa armadilha mortal.



Snakes in the City

ESTREIA: 25 DE JANEIRO, ÀS 17H

Os caçadores de cobras, Simon e Sioux, correm para enfrentar algumas das espécies mais letais do mundo nas situações mais bizarras, procurando devolvê-las à natureza. Na sétima temporada de "Snakes in the City", esta dupla resolve uma crise com cobras florestais na cidade, avistadas durante um casamento.



Savage Kingdom

ESTREIA: 3 DE JANEIRO, ÀS 17H.
TODOS OS DOMINGOS

A série narrada por Charles Dance está de volta com mais seis episódios que retratam a luta pelo poder na savana africana. Nesta quarta temporada de "Savage Kingdom", acompanhe o drama do cotidiano em Mombo (Botswana), onde a paz nunca dura muito tempo e a conquista da hegemonia tem o seu preço. Os reis da savana regressam para libertar o território do domínio das hienas e recuperar o seu legítimo controlo, mas o cenário está a mudar e todos têm de lutar para defender o seu lugar no reino animal. Nesta temporada, as hienas apoderam-se do território dos leões e leopardos, mas a qualquer momento o panorama pode ser invertido. E o prémio é o domínio sobre a instável savana.



Secrets of the Zoo

ESTREIA: 20 DE JANEIRO, ÀS 17H

A segunda temporada de "Secrets of the Zoo" regressa com filmagens nos bastidores de um dos mais populares jardins zoológicos dos EUA, o "Columbus Zoo and Aquarium". Num zoológico onde nascem todos os anos 100 animais diferentes, ocorrem episódios dramáticos e hilariantes.

Um mundo de vírus

Parte do DNA humano provém de vírus que infectaram os nossos antepassados. Apesar da sua má reputação, a vida, tal como a conhecemos, seria impossível sem eles.

Salvar o paraíso na Costa Rica

A península de Osa, na Costa Rica, é um modelo de biodiversidade e um exemplo de conservação graças ao ecoturismo. Agora, a COVID-19 está a colocar em causa esta história de sucesso.

A realidade das mulheres migrantes

O medo e o desespero forçam milhões de mulheres a migrar em busca de uma vida melhor. Um grupo de fotógrafos viaja pelo mundo e documenta essa diáspora.

A ameaça da vespa-asiática

A vespa-asiática penetrou na Península Ibérica e já constitui uma ameaça para a fauna autóctone, em especial para as abelhas e para a produção de mel. É possível controlá-la?



AS JÓIAS DO ISLÃO

ESPECIAL ARQUEOLOGIA



RBA PORTUGAL

JÁ NAS BANCAS